





CENTRO ADMINISTRATIVO DE ILÓPOLIS

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso etapa I, na linha de formação específica em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Augusto Alves.

Lajeado, junho de 2019

Dedico este trabalho à Deus meu guia em todos os momentos de angustias, a minha família, especialmente aos meus pais e meu namorado que nunca mediram esforços para que eu pudesse chegar até esta etapa de minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o tema e criar embasamento para a etapa II do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, no qual o projeto arquitetônico será desenvolvido. O tema do trabalho é um Centro Administrativo Municipal para a cidade de Ilópolis, localizado no Rio Grande do Sul. Os Centros Administrativos são destinados a toda a população, que tem direito de usufruir os equipamentos públicos. O município em questão necessita de uma nova edificação mais ampla e adequada para atender às demandas de espaço que a cidade exige. Sendo que os municípios vizinhos que são do mesmo porte de Ilópolis possuem Centros maiores, bem como espaços amplos e organizados para receber a população, fazendo com que possuam melhor funcionalidade.

No mundo contemporâneo busca-se cada vez mais aprimorar os padrões construtivos, almeja-se sempre chegar em uma arquitetura harmônica e funcional. As instituições públicas em sua maioria são marcos que caracterizam uma cidade.

Palavras-chave: Projeto de Arquitetura. Centro Administrativo Municipal. Poder Executivo Municipal. Poder Legislativo Municipal.

Lista de figuras

Figura 1: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, MG, séc. XVIII.....	20
Figura 2: Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica - MG, séc. XVIII.....	20
Figura 3: Casa de Câmara e Cadeia de Pilar- GO.....	21
Figura 4: Prédio da Casa Câmara e Cadeia de Lajeado, também utilizada como	21
Figura 5: Prédio da Intendência Municipal de Porto Alegre - RS.	22
Figura 6: Prédio da Intendência Municipal de Bagé - RS.....	22
Figura 7: Prefeitura de São Paulo	22
Figura 8: Prefeitura Municipal de Rodovre - Dinamarca.....	23
Figura 9: Prefeitura de Santo André - SP.....	23
Figura 10: Hotel São Paulo Apóstolo, sede da primeira Prefeitura Municipal (1985)	26
Figura 11: Hotel São Paulo Apóstolo, atualmente encontra-se desativado.....	26
Figura 12: Residência Merlin, segunda sede da Prefeitura Municipal.....	27
Figura 13: Residência Merlin atualmente	27
Figura 14: Imagem da terceira sede da Prefeitura Municipal	27
Figura 15: Fachada principal da atual sede da Prefeitura Municipal	27
Figura 16: Fachada secundária da atual sede da Prefeitura Municipal.....	28
Figura 17: Módulo de referência de cadeira de rodas (em metros).....	38
Figura 18: Exemplo de deslocamento em linha reta com cadeira de rodas	38
Figura 19: Área de manobra sem deslocamento.....	39
Figura 20: Área de manobra com deslocamento.....	39
Figura 21: Vista frontal de uma porta	40
Figura 22: Exemplo de cabine sanitária	40
Figura 23: Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé	41
Figura 24: Classificação da edificação quanto a sua ocupação	43
Figura 25: Classificação da edificação quanto à sua altura	43
Figura 26: Classificação da edificação quanto a sua dimensão em planta	43
Figura 27: Classificação da edificação quanto a característica construtiva.....	44
Figura 28: Distâncias máximas a serem percorridas.....	44
Figura 29: Número e tipo de escadas	44
Figura 30: Dados para dimensionamento das saídas de emergência.....	45

Figura 31: Ângulo visual para pessoas com cadeira de rodas	46
Figura 32: Sede da Prefeitura	47
Figura 33: Sede da Câmara de Vereadores.....	47
Figura 34: Recepção	47
Figura 35: Sala da administração e do Vice-prefeito.....	47
Figura 36: Sala dos assessores jurídicos	48
Figura 37: Sala do RH e licitações	48
Figura 38: Sala da contabilidade e tesouraria	48
Figura 39: Impressão	48
Figura 40: Sala de fiscalização e licença ambiental	49
Figura 41: Sala do Engenheiro e do Biólogo.....	49
Figura 42: Sala de planejamento.....	49
Figura 43: Sala de arquivos e ICMS.....	49
Figura 44: Identificação e junta militar.....	49
Figura 45: Cozinha e copa para funcionários	49
Figura 46: Acesso ao pavimento térreo da Prefeitura	50
Figura 47: Acesso a Câmara de Vereadores	50
Figura 48: Plenário da Câmara de Vereadores	50
Figura 49: Sede do Conselho Tutelar.....	50
Figura 50: Mapa do Brasil com ênfase.....	52
Figura 51: Mapa do Rio Grande do Sul.....	52
Figura 52: Mapa do Vale do taquari com	53
Figura 53: Mapa dos municípios vizinhos.	53
Figura 54: Mapa do perímetro do município de Ilópolis com	53
Figura 55: Mapa de vias e acessos.....	54
Figura 56: Divisão de lotes com curvas de níveis	55
Figura 57: Mapa de Zonas	56
Figura 58: Mapa de usos do entorno imediato ao lote.	56
Figura 59: Mapa de alturas do entorno imediato ao lote	57
Figura 60: Terreno visto da Rua Cons. José Bozzetto	57
Figura 61: Vista ampla da Rua Cons. José Bozzetto com edificações vizinhas.....	58
Figura 62: Terreno visto da Rua João Tomasini.....	58
Figura 63: Terreno visto da Rua João Tomasini com edificação sobre um dos lotes.	58
Figura 64: Pontos turísticos e principais equipamentos no entorno	61
Figura 65: Vista frontal do terreno	61
Figura 66: Praça Itália	61
Figura 67: Santuário São Paulo Apóstolo	62
Figura 68: Museu do Pão	62
Figura 69: Fachada principal da Prefeitura atual.....	62
Figura 70: Antigo colégio (Câmara de Vereadores)	62
Figura 71: Parque do Ibama.....	62
Figura 72: Centro Administrativo de Capitão - RS.....	64

Figura 73: Prefeitura em fase de construção.....	64
Figura 74: Situação e localização do Centro Administrativo	64
Figura 75: Planta do Térreo.....	65
Figura 76: Planta Segundo Pavimento.....	65
Figura 77: Corte longitudinal	66
Figura 78: Corte transversal	67
Figura 79: Fachada principal 01	67
Figura 80: Fachada principal 02	68
Figura 81: Fachada lateral	68
Figura 82: Acesso ao Centro Administrativo	69
Figura 83: Vista da fachada frontal do Centro	69
Figura 84: Vista da lateral do Centro	69
Figura 85: Vista ampla da edificação	70
Figura 86: Fachada principal da Prefeitura	70
Figura 87: Vista ampla do local que está inserida a Prefeitura	71
Figura 88: Planta do subsolo.....	71
Figura 89: Planta pavimento térreo	72
Figura 90: Segundo pavimento	72
Figura 91: Terceiro pavimento.....	73
Figura 92: Organização de salas especiais.....	74
Figura 93: Organização de salas em circulações e ambientes	74
Figura 94: Fachada frontal	75
Figura 95: Fachada dos fundos.....	75
Figura 96: Planta do pavimento térreo	75
Figura 97: Ampliação da planta do térreo	76
Figura 98: Planta segundo pavimento.....	76
Figura 99: Planta terceiro pavimento.....	77
Figura 100: Planta tipo do quarto e quinto pavimento	77
Figura 101: Cortes longitudinal e transversal da edificação	78
Figura 102: Vista da plateia.....	78
Figura 103: Plenário	79
Figura 104: Vista da relação entre plateia e dos vereadores	79

Lista de tabelas

Tabela 1: Programa de necessidades do Poder Executivo	32
Tabela 2: Programa de necessidades do Poder Legislativo	34
Tabela 3: Fluxograma do Poder Executivo	36
Tabela 4: Fluxograma do Poder Legislativo	36
Tabela 5: Tabela de índices	59
Tabela 6: Tabela de recuos e alturas	60

Lista de siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AI-1	Ato Institucional Nº 1
EP	Enclausurada Protegida
IA	Índice de Aproveitamento
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
M²	Metros Quadrados
NBR	Norma Brasileira
NR	Norma Regulamentadora
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PMR	Pessoas com Mobilidade Reduzida
PCR	Pessoas com Cadeira de Rodas
RH	Recursos Humanos
TO	Taxa de Ocupação

Sumário

1	INTRODUÇÃO	131
2	TEMA	13
2.1	Apresentação do tema	13
2.2	Evolução da administração pública local no Brasil	15
2.3	O Município de Ilópolis	24
2.4	Justificativa do tema	28
3	PROGRAMA	30
3.1	Apresentação do programa	30
3.2	Condicionantes legais do programa	37
3.2.1	NBR 9050 - Acessibilidade	37
3.2.1.1	Acessibilidade para cadeirantes	38
3.2.1.2	Acessibilidade em sanitários	40
3.2.2	Parâmetros antropométricos	41
3.2.3	Norma para prevenção contra incêndio	42
3.2.3.1	NBR 9077 - Prevenção contra incêndio	42
3.2.4	NBR 9050 - Para auditórios	45
3.3	Justificativa do programa	46
4	TERRENO	52
4.1	Apresentação do terreno	52
4.2	Condicionantes legais do terreno	59
4.2.1	Legislação Municipal	59
4.3	Justificativa do terreno	60

5	REFERENCIAIS	63
5.1	Centro Administrativo de Capitão - Rio Grande do Sul	63
5.2	Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul	68
5.3	Prefeitura do Vale de Egüés - Espanha	70
5.4	Concurso Público da Sede do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.....	74
5.5	Câmara de Vereadores de São Caetano do Sul - Rio Grande do Sul	78
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso etapa I em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado - RS, é um dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel, e servirá de embasamento para a etapa II.

A pesquisa orientada pelo professor Augusto Alves, durante o semestre 2019 A, tem como objetivo apresentar análises de viabilidade para a implantação de um novo Centro Administrativo Municipal para a cidade de Ilópolis.

Para a realização desta monografia foi necessário a pesquisa no local, ou seja, na sede da Prefeitura e Câmara de Vereadores atual, bem como pesquisas bibliográficas referentes ao tema proposto.

Esta proposta tem como base a carência de estrutura do local para abrigar as funções necessárias de um Centro Administrativo, buscando aperfeiçoar os espaços, integrar novos ambientes, tornar um local funcional, organizado e que atenda as demandas da população de maneira eficiente. Além de trazer conceitos inovadores da arquitetura contemporânea para a cidade.

Cada município necessita de uma sede administrativa, onde se concentra o Poder Público, o desenvolvimento de uma cidade passa pela Prefeitura, a qual planeja todas as atividades municipais. Sendo este ambiente um impulsionador local, o mesmo deve ser arquitetado, organizado e estimulante. Assim os funcionários terão um melhor rendimento, atendendo a população com mais qualidade e atraindo investimentos para o município.

As arquiteturas públicas, quando bem planejadas tornam-se marcos para as cidades, o que desperta novos olhares.

Na parte inicial deste trabalho serão descritos o tema da pesquisa e como surgiu essas estruturas administrativas locais no Brasil, tendo em vista esclarecer a evolução do programa destas edificações. Neste momento também será comentada a história da Cidade de Ilópolis, município escolhido para a pesquisa e implantação deste projeto, justificando a importância e relevância deste tema para a cidade, desde o seu início até os dias de hoje.

No capítulo seguinte consistirá na apresentação do programa de necessidades, este foi estruturado após a escolha do tema e é fundamentado a partir de recolhimento de dados da cidade, entrevista com funcionários e lideranças do Centro Administrativo atual, que apontaram os problemas ao ponto de vista de quem trabalha diariamente no local.

Para fazer um programa que suprisse as demandas da cidade foram feitas análises em estruturas organizacionais e fluxos dos ambientes de centros administrativos de cidades semelhantes a Ilópolis.

Neste capítulo será informado juntamente ao programa de necessidades a tabela de áreas e as funções de cada setor, os condicionantes legais que regem este tema, sendo a NBR 9077 - Código de Prevenção Contra Incêndios, a NBR 9050 - Norma de Acessibilidade.

A área de intervenção escolhida para este trabalho e para a implantação do projeto na etapa II, será apresentado simultaneamente com os condicionantes ambientais e legais, sendo o Plano Diretor e o Código de Edificações as principais legislações municipais utilizadas para elaboração do projeto. Descrevendo a sua localização dentro do contexto local em que está inserido e suas características, justificando o porquê da escolha deste terreno.

Por fim trataremos de referenciais de arquitetura e de tema, onde serão estudados os fluxogramas as estratégias projetuais das edificações.

O projeto a ser desenvolvido busca aperfeiçoar os espaços, integrar novos ambientes, tornar um local funcional, organizado e que atenda as demandas da população de maneira eficiente. Além de trazer conceitos inovadores da arquitetura contemporânea para o Município.

2 TEMA

O tema a ser desenvolvido neste Trabalho de Conclusão de Curso é a implantação de um novo Centro Administrativo para o município de Ilópolis-RS. O Centro buscará amparar as necessidades e o agrupamento das atividades do Poder Executivo e Legislativo, além da valorização do local com uma nova arquitetura. Este capítulo tratará da apresentação do tema proposto com suas justificativas, onde será explicado com a ajuda da história como surgiu e evoluiu as administrações públicas no Brasil, e como deu início ao município de Ilópolis, já o programa de necessidades desenvolvido para o Centro será explicado por meio de tabelas e fluxogramas, onde será possível observar a organização dos setores. E por fim será exposto as legislações pertinentes ao tema.

2.1 Apresentação do tema

O presente trabalho tem como proposta a criação de uma nova sede para os Poderes Executivos e Legislativos de Ilópolis, ou seja, a nova Sede para a Prefeitura Municipal e para a Câmara de Vereadores.

O município de Ilópolis se localiza no Vale do Taquari e possui grande potencial de crescimento, devido a sua localização privilegiada, pois está no centro da ligação entre Soledade e Encantado, ficando as margens da ERS 332.

O projeto visa criar um conjunto, isto é, uma sede para cada Poder sobre o mesmo lote, aproximando estes dois poderes, porém mantendo as suas estruturas de formas independentes. As novas edificações visam suprir as necessidades e demandas locais, concentrando todas as atividades possíveis em um mesmo lugar, que atualmente se encontram em ambientes separados e pequenos, melhorando suas funcionalidades, além de acrescentar novas salas que permitirá um melhor atendimento ao público com melhor organização dos setores. Além de tudo, as edificações atuais não atendem os requisitos mínimos de acessibilidade estipulado pelas normas técnicas.

O município também é merecedor de uma edificação que além de agrupar as funções, seja simbólica e que demonstre sua imponência e seu poder.

Estes Centros terão seus próprios horários conforme suas necessidades. O Centro Administrativo do Poder Legislativo beneficiará a comunidade em geral, com funcionamento de segunda à sexta das 07:45 às 11:45 na parte da manhã, e das 13:30 às 17:30 à tarde. Já o Centro do Poder Legislativo funcionará das 08:30 às 11:30 e das 13h30min às 16h30 de segunda à sexta, com sessões ordinárias nas 2ª e 4ª terça-feira de cada mês. Estes horários são os que atualmente estão em vigor no município.

Em todas as cidades, mas principalmente nos municípios menores a edificação da Prefeitura e da Câmara de Vereadores são os principais equipamentos locais e de maior imponência. Vale destacar neste contexto Brasília como um exemplo de excelência e representatividade dos Poderes, não devemos observar as dimensões do projeto pois não se encaixam no âmbito Municipal e sim Federal, no entanto a Praça dos Três Poderes, foi construída com um amplo espaço aberto e em meio a ele implantado os três edifícios monumentais que representam os Três Poderes da República sendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, estes impõem a representação arquitetônica da independência e harmonia entre eles, de modo que nenhum Poder pudesse se sobressaltar diante do outro, pois ambos possui o mesmo peso. (LAUANDE, 2010)

2.2 Evolução da administração pública local no Brasil

O Poder público local passou por muitas transformações na história desde o seu surgimento nos períodos coloniais até os dias atuais, diferentes estruturas políticas administrativas geraram formas e equipamentos com arquitetura diferente. Porém o que é comum durante toda a história, é que estas edificações sempre foram cheias de simbolismo e ocupavam um local de destaque nas cidades.

Tendo a finalidade de explicar estas diferentes formas será utilizada a história para exemplificar os diferentes momentos e mudanças nas denominações e organizações das sedes administrativas.

A administração colonial no Brasil foi de 1500 a 1808 e era dividida em quatro níveis as instituições metropolitanas, a administração central, regional e local, o Brasil encontrava-se dividido em capitanias, sendo essas as maiores unidades administrativas do local e o território das unidades era repartido em comarcas que por sua vez, era composto por cidades ou vilas e tinha como base três grandes setores a administração militar que era formada por tropa de linha, milícias e corpos de ordenança. A administração geral que abrangia o campo administrativo, o judiciário onde os juízes julgavam e executavam ao mesmo tempo, e a administração fazendária que tinha por função arrecadar tributos e conduzir o Real Erário nas capitanias. A administração local era exercida em um tipo de construção específica, a Casa de Câmara e Cadeia. (COSTA, 2008).

As Casas de Câmara e Cadeia descendentes do Paço do Conselho Português foram por três séculos o edifício mais representativo do Poder Real sobre a colônia, com as funções administrativas, judiciais e penitenciária.

As edificações eram imponentes e geralmente localizadas na principal praça, em seus balcões as leis eram lidas a população e as autoridades empossadas, mas tudo acontecia sem precisar ter a participação do povo da Vila.

Existiam variações de partidos, mas todos seguiam o programa básico que utilizavam o pavimento térreo para as cadeias e enxovias, e no superior ficavam os responsáveis pela administração, os juízes e os vereadores. Os cargos eram eleitos pelos “homens bons” que eram merecedores de respeito e, portanto, não eram remunerados, os demais recebiam pelo seu serviço.

O corpo da Câmara era composto por salas e salões com acabamentos sofisticados, já as cadeias ficavam por conta de caridades da comunidade.

As dimensões das Sedes poderiam variar dependendo das necessidades da comunidade e o programa poderia ser amplo, nele se localizava a sala do juiz, de audiência, plenário, gabinetes, arquivos, secretarias, entre outros cargos que julgavam ser importantes. (MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2007).

Em seguida surgiram as Câmaras Municipais sendo os municípios ou vilas as menores divisões administrativas da colônia, dirigidas por este órgão colegiado, que exercia determinadas funções como políticos-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Estas tiveram início no Brasil em 1532, pois havia uma necessidade de controle das vilas que se desenvolvia pelo Brasil por parte da Coroa Portuguesa e seu objetivo era representar o poder local.

As Câmaras Municipais eram formadas por 3 (três) ou 4 (quatro) homens conhecidos como “homens bons”, ou seja, os vereadores, estes na sua maioria deveriam ser homens ricos e influentes com grandes posses. Escravos, judeus, estrangeiros ou mulheres não poderiam se tornar vereadores.

E quem governava as Câmaras Municipais era um Juiz, que obtinha esse cargo por escolha de integrantes da alta sociedade local. Eles eram responsáveis pela coleta de impostos, por regulamentar o comércio e gerenciar as prisões. Neste local era onde os políticos trabalhavam e de onde vinham as leis e ordens. (SALGADO; DE AZEVEDO; PÊCEGO; VIANNA; HIPOLITO; BARRETO, 1985).

Juntamente com a chegada da Coroa portuguesa ao Brasil em 1808, que marca o fim do período colonial e início do período imperial houve algumas mudanças e foi necessário a criação de diversos organismos, como o Desembargo do Paço, o Conselho de Fazenda e a Junta de Comércio. Foram muitas as criações e inovações institucionais, jurídicas e administrativas, essas trouxeram impacto na economia social, política e cultural do Brasil onde leis, cidades, indústrias, estradas, edificações, impostos, festas e costumes foram introduzidos na antiga colônia.

Com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889 as estruturas socioeconômicas do Brasil não sofreram modificações. Com a Carta de 1891 motivada na Constituição americana de 1787, consagrou a República, fundou o federalismo e introduziu o regime presidencialista. Com isso os poderes tiveram funções mais definidas e o Legislativo formava-se pela Câmara dos Deputados e pelo

Senado, e os membros passaram a ser eleitos para mandato de duração certa. Ampliou-se a autonomia do Judiciário, foi criado o Tribunal de Contas para fiscalizar as despesas públicas, e as províncias transformadas em estados. (COSTA, 2008).

A partir do início da proclamação da república, por serem consideradas decadentes e ineficientes, as Câmaras Municipais foram extintas no país no ano de 1890, e em 1905 no seu lugar foi fundado as Intendências com origem francesa e o papel do Intendente.

A Intendência por sua vez tinha o papel de ordenar e de executar todas as obras do município, assim como assegurar a saúde, segurança e tranquilidade para seus habitantes. O Intendente comandava a sede juntamente com seus assessores diretos o vice intendente, os conselheiros municipais e os subintendentes. Esse personagem foi por muito tempo a pessoa em que as comunidades buscavam auxílio, portanto não era considerado apenas um administrador local. (BAKOS, 1986)

O papel de Intendente e das Intendências permanecem até a Revolução de 1930 na Era Vargas, onde surge o termo Prefeitura e a figura do Prefeito em seu lugar. A Era Vargas permaneceu no poder por 15 anos sendo um presidente eleito pelo voto indireto e ditador, nesta fase foi promovido o capitalismo nacional que possuíam dois suportes, no aparelho de Estado e nas Forças Armadas, e na sociedade criou-se uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. O poder foi mais uma vez centralizado, assumindo o Poder Executivo, o Poder Legislativo juntamente com os Legislativos municipais quando dissolveu o congresso Nacional. Todos os governadores foram demitidos e no seu lugar nomeados interventores federais que eram subordinados do poder central. (FAUSTO, 2000)

Em 1934 com uma nova Constituição que mantinha a nação como uma República Federativa, e as eleições passam a ser diretas para a escolha do Prefeito e dos demais cargos, assim como é feita a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo que esta configuração é o que está em vigor até os dias atuais. (BAKOS, 1986)

Porém estas estruturas institucionais não vigoraram durante o Estado Novo (1937) e no Regime Militar (1964-1985). O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário sem mobilizações, onde os movimentos populares e os comunistas haviam sido abatidos e não poderiam reagir. Nesta nova constituição o presidente da república recebeu o poder para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos

e nomear interventores caso não aceitasse, em quase todos os casos estes foram substituídos, além do presidente ter o poder de expedir decretos-leis.

Com isso os governadores se transformaram em interventores, e essa escolha obedecia a critérios, deveriam ser parentes de Getúlio, ou serem militares.

Já no regime Militar criou-se o AI-1 (Ato Institucional Nº 1) e a repressão, o AI-1 autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível sendo municipal, estadual ou federal, assim diversos políticos foram afastados de seus cargos.

O AI-1 estabeleceu eleições presidenciais indiretas, porém não mexeu nas eleições dos governos do estado que realizaram eleições diretas, apesar de ter vetos a determinados candidatos.

Podemos considerar a Constituição de 1988 como o marco que põe um fim ao regime autoritário e dá início a um regime democrático, com eleições de voto direto, fortalecendo a transformação do Poder Judiciário, em um órgão verdadeiramente independente, habilitado para julgar e anular atos do Executivo e Legislativo. O Brasil se tornou um caso único de Federação, com três entidades originárias a União, os Estados e os Municípios.

Sendo que o Município ocupa a Federação como entidade de terceiro grau, o segundo grau fica a cargo dos Estados, já o primeiro grau é a União.

Com a nova Carta Constitucional a realidade dos Municípios passou por modificações principalmente nas distribuições dos recursos tributários e também no processo de descentralização de políticas públicas, que concedeu ao Município novas responsabilidades e autonomia política, administrativa e financeira, e para assuntos correspondentes ao interesse local dentro de seu território.

A carta também definiu o Município como um Ente Federado, isso assegura as competências de que não podem ser invadidos por outro Ente Federado, União ou Estados Membros, exceto a intervenção estadual em casos de desrespeito às normas constitucionais.

Assim está constitucionalmente assegurada a competência do Município para organizar e manter serviços públicos locais, e estabelecer a ordenação urbanística do seu território, sendo a única restrição de que estes serviços precisam ser de interesse local, ou seja, que afete predominantemente os munícipes.

"Competência é faculdade juridicamente atribuída a uma entidade ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões". (SILVA, 2009, p. 477)

O Município autogoverna-se por meio das eleições do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, sem qualquer dependência aos governos federal e estadual. E se auto administra-se exercendo com liberdade suas competências administrativas, tributárias e legislativas, conforme lhe dá direito a Constituição Federal.

A organização do Município se dá através das Leis Orgânicas e por outras leis municipais editadas pelo Poder Legislativo.

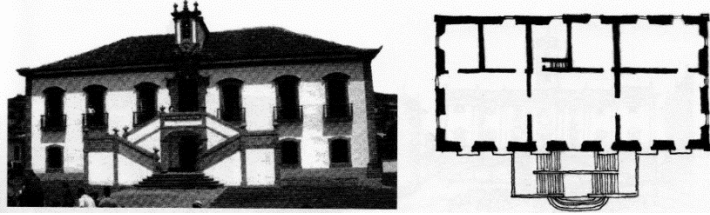
Juntamente com a autonomia o município pode eleger seu Prefeito e a Câmara de Vereadores, assim possuindo seu próprio Poder Legislativo que é capaz de editar suas próprias leis da melhor forma. (ESPINOSA, 2013)

A prefeitura é a sede onde é atribuída todas as funções do Poder Executivo do município e é dividida em secretarias com seus respectivos secretários de governo. O Prefeito é a mais alta autoridade municipal, ele representa o município judicialmente e extrajudicialmente perante entidades públicas ou privadas. A posição do prefeito é de condutor da administração local.

A câmara de vereadores sempre foi importante para o regime representativo do Brasil, sendo do Poder Legislativo a missão de concentrar-se para fiscalizar e assessorar o Poder Executivo em relação aos assuntos municipais, e tem como propósito a criação de projetos de lei tentando suprir as necessidades da população. O número de vereadores que compõe o Plenário é fixado pela lei estadual organizatória, pela proporção de eleitorado do município, porém sem poder exceder o número máximo de vereadores que é de 21. Dentre estes o mais votado pelo povo se torna o presidente da Câmara que exerce este cargo por um tempo específico. (MELLO, 1981)

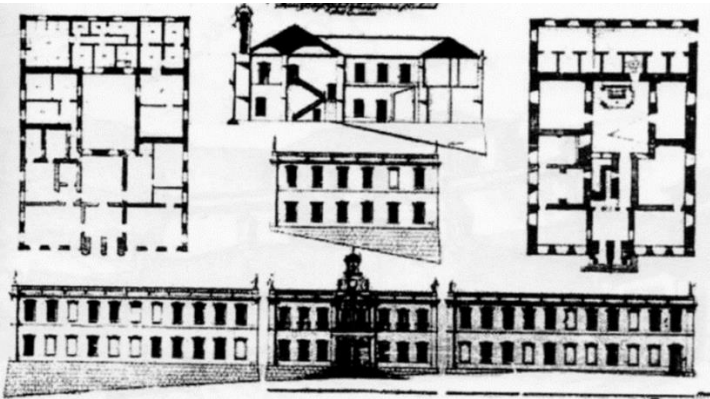
Nas imagens abaixo é possível observar como eram as Casas de Câmara e Cadeia que foram por três séculos o edifício representativo do Poder. Os edifícios na sua maioria ficavam no centro das Vilas e eram a única edificação pública. Geralmente continha dois pavimentos, sendo o administrativo no superior e a cadeia e guarda no primeiro pavimento.

Figura 1: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, MG, séc. XVIII



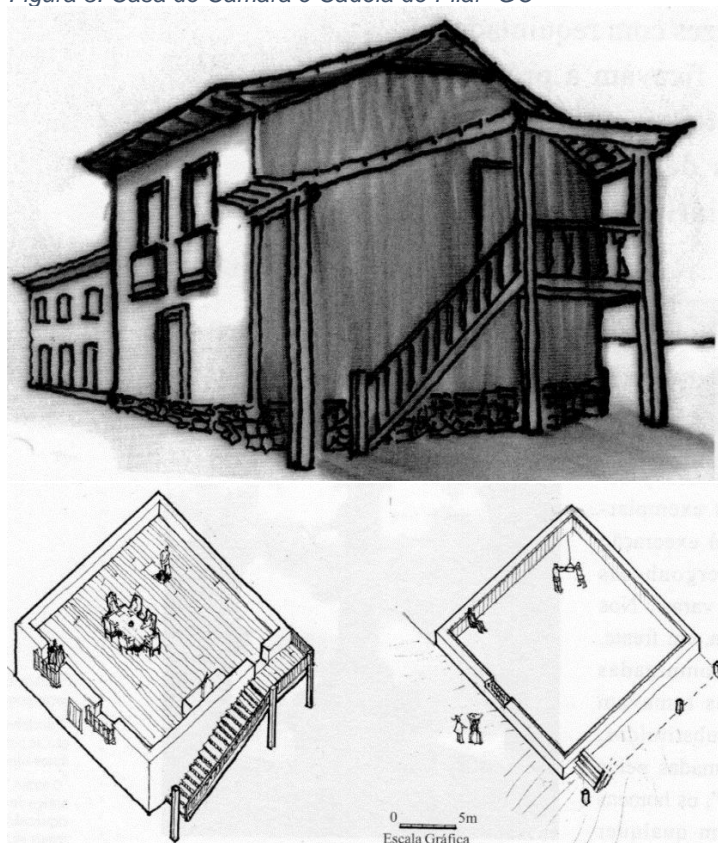
Fonte: MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2007

Figura 2: Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica - MG, séc. XVIII



Fonte: MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2007

Figura 3: Casa de Câmara e Cadeia de Pilar- GO

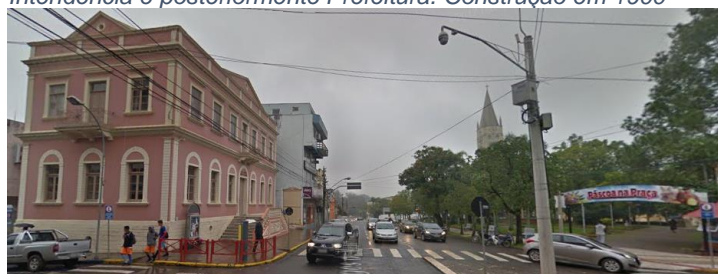


Fonte: MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2007

A configuração dos edifícios das Intendências era semelhante as Casas de Câmara e Cadeia, estes eram constituídos na sua maioria por dois pavimentos com acessos por escadas na parte frontal, o que eleva a edificação e representa o poder, e possuíam arquitetura neoclássicas.

As Intendências eram locadas em pontos principais da cidade, geralmente em frente ou próximas a praças.

Figura 4: Prédio da Casa Câmara e Cadeia de Lajeado, também utilizada como Intendência e posteriormente Prefeitura. Construção em 1900



Fonte: Casa da Cultura do município de Lajeado - RS

*Figura 5: Prédio da Intendência Municipal de Porto Alegre - RS.
Construção entre 1898 e 1901.*



Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=68

Figura 6: Prédio da Intendência Municipal de Bagé - RS.



Fonte: <https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/4418/predio-da-intendencia-municipal>

Já na Era Vargas destaca-se a arquitetura Art Déco que buscava a simplicidade do cubismo com linhas retas e estilizadas e design abstrato, com influência no construtivismo futurismo, com edifícios fechados sem muita transparência. Um bom exemplo desta época é a Prefeitura de São Paulo construída na década de 1930.

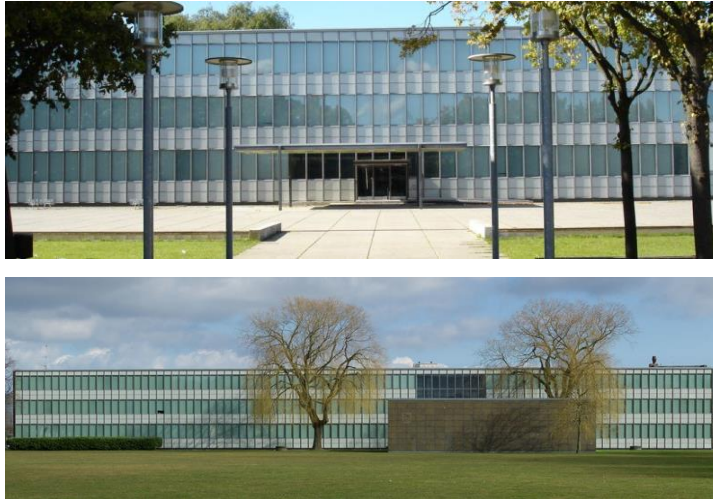
Figura 7: Prefeitura de São Paulo



Fonte: <http://www.saopauloantiga.com.br/sede-da-prefeitura-de-sp-aberta-a-visitacao-guiada/>

Já a Prefeitura Municipal de Rodovre na Dinamarca, construída em meados de 1950, encaixa-se em uma arquitetura modernista clássica, com edifício em forma simplificada que não tem tanta imponência e exuberância, que poderia se passar despercebido em meio a outras construções. Esta arquitetura tem como principal característica a rejeição dos estilos históricos, principalmente da devoção ao ornamento.

Figura 8: Prefeitura Municipal de Rodovre - Dinamarca



Fonte: <http://www.vivowallpaper.com/wallpaper/r-dovre-municipality-87569>

E por fim, um exemplo de Arquitetura Moderna Brutalista, a prefeitura de Santo André - SP construída em 1965, com aspecto de obra inacabada, aplicando generosamente o concreto aparente, onde os acessórios e artigos supérfluos eram rejeitados.

Figura 9: Prefeitura de Santo André - SP



Fonte: <http://www.arquiteturabrutalista.com.br/fichas-tecnicas/DW%201965-86/1965-86-fichatecnica.htm>

2.3 O Município de Ilópolis

O início de tudo se deu através de colonizadores europeus principalmente italianos, com eles as áreas começaram a ganhar forma economicamente e politicamente, gerando movimentação de pessoas e mercadorias, criando o povoamento do local o que posteriormente tornaria urbanizada esta região, local que era conhecido como Serra da Figueira.

Nas últimas décadas de 1800 um considerável número de famílias de origem italiana se estabeleceu no local, até então pouco povoado, sendo os primeiros a ter as posses de terras, estas eram estabelecidas e fornecidas pela Comissão de Terras do Governo do Estado.

Em 1914 foi criado um trajeto para fazer a ligação com a Cidade de Anta Gorda que seria trajeto por onde os produtos locais iriam ser escoados, este foi o fator determinante para a colonização da região. Esse acesso facilitou e motivou a vinda de outros imigrantes.

Estas pessoas descobriram uma área composta por um pequeno banhado e rodeado de grama com um eucalipto solitário no centro, então começaram a construir no entorno desta área e até mesmo sobre ela, pois foi considerado um ponto importante. Posteriormente as residências se deslocaram para outro lote, este espaço foi comprado para se construir um centro de lazer e para sediar eventos da comunidade, permaneceram as arvores e o eucalipto, construíram um campo de futebol e um clube, isso fez com que tudo se desenvolvesse nas proximidades. (BOZZETTO JUNIOR, sem ano)

Antes do local ser emancipado em 1915 criou-se o nome para o povoado que até então era conhecido como Serra da Figueira. O intendente José Benévolo de Souza de Encantado-RS juntamente com funcionários da Comissão de Terras esteve no local para delimitar o traçado do mesmo, e em um momento de descaço sob a sombra de um pé de erva-mate fez a junção de duas palavras, “ILEX” que no Latim significa erva-mate, e de “POLIS” que no grego significa cidade, chegando em ILÓPOLIS a “Cidade da Erva-mate”. O nome foi aceito por todos, pois a erva-mate tinha um papel importante na economia.

O movimento para emancipar o distrito de Ilópolis surgiu em 1958. Até então o

local pertencia ao Município de Encantado-RS, em Ilópolis existia a figura de Subintendente, que ficava encarregado de trazer e levar as informações importantes, e de organizar as ações que aconteciam no local, este recebia as pessoas em sua própria casa pois não tinham uma sede específica para isso. Esta edificação se localizava ao lado da Praça principal, atualmente no local foi instalado o mercado Aurora.

Uma comissão foi criada para tentar a emancipação, porém após desentendimentos com localidades vizinhas que participavam em conjunto, o movimento se estagnou e em 1962 foi retomado. Neste ano criou-se outra comissão com cargos de presidente, vice e tesoureiros, a mesma se reunia no clube da praça onde discutiam as ideias, eles eram responsáveis para resolver as burocracias necessárias para a emancipação.

A votação aconteceu na cidade de Encantado-RS, onde a comissão alcançou o título de Município na data de 26/12/1963. Neste momento ainda foi decretado que o primeiro Legislativo iria ser constituído por 07 (sete) membros, em 07/04/1964 foram empossados o primeiro prefeito e vice-prefeito e seus sete vereadores que permaneceriam no cargo até 31/12/1968. (BOZZETTO JUNIOR, sem ano)

Após a emancipação juntamente com o primeiro prefeito surgiu a necessidade de se criar uma sede para integrar o poder com a comunidade, e onde pudessem receber os munícipes e as autoridades da região, logo se instalaram nas dependências do Hotel São Paulo Apóstolo, localizado em uma das laterais da Praça. As dependências da prefeitura permaneceram nesta construção por dez anos, quando o Hotel teve um grande crescimento de usuários, por ser o único hotel da cidade e ficar no centro da ligação de Soledade-RS e Encantado-RS principais cidades da época, além da instalação da rodoviária que se alojou junto ao edifício, assim a prefeitura ficou com espaços reduzidos e foi necessário se deslocar para outra edificação.

A segunda edificação utilizada para a sede administrativa foi uma residência unifamiliar de Maria Merlin localizada em frente ao Moinho Colognese, onde hoje localiza-se o Museu do Pão, a edificação encontrava-se desativada, e então foi alugada pelo Prefeito. A residência de dois pavimentos abrigava na parte superior a estrutura da Prefeitura e a parte térrea utilizou-se para a instalação da Caixa Econômica Federal, primeira agência bancária da cidade, esta edificação foi utilizada

aproximadamente por 6 (seis) anos. (TOMASINI, 2019)

No ano de 1980 durante o mandato do quarto (4º) Prefeito da cidade Genir Antônio Colognese juntamente com seus colaboradores vê a necessidade de construir uma sede própria para o Poder Legislativo e Executivo, pois com o crescimento da população surge a carência de novas secretarias e o aumento de funcionários públicos bem como espaços maiores, pois a residência não estava mais suprimindo a demanda. Foi então o momento que o Prefeito contratou o Engenheiro Civil Luís Denardi para a elaboração do projeto para a Sede da Administração Municipal.

Foi efetuada a compra de um terreno e sua localização ficava em uma das laterais da Praça Municipal Itália, sendo um dos principais pontos da cidade, o projeto foi entregue em 19 de janeiro de 1981, dando início a construção que teve duração de aproximadamente um ano. (DIDONÉ, 2019)

Esta última sede é a que hoje ainda abriga a prefeitura da cidade, que completou 55 anos de emancipação e possui 4.091 habitantes, chamados de Ilopolitanos sendo sua maioria de origem italiana, cultura que permanece até os dias atuais, com as comidas típicas e no dialeto.

Como mencionado acima o Município de Ilópolis obteve em sua história 03 (três) edificações como sede da Prefeitura Municipal.

Figura 10: Hotel São Paulo Apóstolo, sede da primeira Prefeitura Municipal (1985)



Fonte: Acervo do Museu de Ilópolis

Figura 11: Hotel São Paulo Apóstolo, atualmente encontra-se desativado



Fonte: Autor (2019)

Figura 12: Residência Merlin, segunda sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Acervo do Museu de Ilópolis

Figura 13: Residência Merlin atualmente



Fonte: Autor (2019)

Figura 14: Imagem da terceira sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Acervo Museu de Ilópolis

Figura 15: Fachada principal da atual sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Autor (2019)

Figura 16: Fachada secundária da atual sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Autor (2019)

2.4 Justificativa do tema

Tendo em vista o exposto acima a escolha do tema se justifica pela necessidade física e simbólica do município em ter um equipamento que supra as suas demandas e que dê um caráter e visibilidade de poder ao centro.

Como foi destacado na evolução histórica das administrações públicas, desde o período colonial até os dias atuais podemos perceber a evolução das equipes administrativas e dos edifícios utilizados como sedes. Os mesmos passaram por diferentes etapas que geraram diferentes arquiteturas representativas.

Com o município de Ilópolis não foi diferente, desde a sua criação até os dias de hoje a prefeitura passou por três (03) sedes que possuíam arquiteturas distintas, no entanto nenhuma edificação própria, até chegar no edifício da prefeitura atual construída no ano de 1981 com recursos da prefeitura. Considerando-se o crescimento populacional e econômico do município a mesma não atende mais as necessidades dos dias de hoje, com apenas 544.40 m² algumas secretarias e a Câmara de Vereadores se deslocaram para outro ponto da cidade, em um edifício de uma antiga escola, o que proporciona dificuldades de interação entre as funções e causando transtornos para a população que as usufrui, pois dependem de deslocamento.

Outra questão a ser observada é a condição física do prédio, além da falta de salas para algumas secretarias e de atendimento individual as mesmas são mal distribuídas, onde funções do mesmo setor se localizam em pavimentos diferentes, e em outros casos atividades distintas estão na mesma sala, o que gera um conflito de

localização. As salas são construídas em níveis diferentes, ou seja, possuem degraus de acesso de uma sala para outra no mesmo pavimento. Os sanitários não atendem PNE, além de possuir poucas unidades estão em pontos distantes e não visíveis para a população.

O deslocamento de um pavimento para outro é feito somente por meio de escadas e mesmo que acontecessem adaptações estas nem sempre seriam possíveis e /ou adequadas conforme as normas técnicas de acessibilidade.

A Câmara de Vereadores, se localiza em uma antiga escola municipal que estava desativada, portanto não possui estrutura necessária para o seu funcionamento a mesma divide o plenário com outros setores, ou seja, no mesmo ambiente possui o Conselho Tutelar. Outro ponto a ser destacado no plenário é a falta de espaço para a colocação de poltronas, pois atualmente possui lugares para apenas 40 pessoas sentadas e é perceptível a improvisação de organização do ambiente.

Com a criação do Centro Administrativo iriam se juntar todas as secretarias executivas possíveis e o Poder Legislativo com seu plenário.

Não será possível agrupar a secretaria da saúde e a de obras, pois as mesmas demandam uma infraestrutura independente, é de fundamental importância que a parte administrativa esteja junto a estes setores.

A nova sede será capaz de maneira significativa, melhorar a imagem da cidade e dos Poderes Executivos e Legislativos, além de em médio prazo trazer rendimentos financeiros aos cofres públicos, pois a população em geral olhará para Ilópolis com outras perspectivas.

3 PROGRAMA

Neste capítulo será apresentado o programa de necessidades desenvolvido para o Centro Administrativo e serão abordadas as questões pertinentes. Após a apresentação do programa será exposto as tabelas e o fluxograma de funcionamento e organização de ambientes, em seguida será feita a justificativa do programa. Os condicionantes legais e diretrizes projetuais serão demonstrados para complementar o capítulo.

3.1 Apresentação do programa

O programa para o Centro Administrativo do Poder Executivo e Legislativo foi realizado baseando-se nas justificativas do tema e nas necessidades das sedes, que observou-se durante as visitas e nas conversas com funcionários e lideranças locais, além de visitas em Prefeituras de outros municípios do mesmo porte de Ilópolis onde foi verificado a organização e os ambientes necessários para cada setor. É importante destacar que o Centro Administrativo terá duas Sedes em um mesmo lote, pois os Poderes Executivo e Legislativo trabalham de forma independente. O programa de necessidades para o novo Centro Administrativo foi desenvolvido para suprir a demanda de espaços, e de forma a organizar os ambientes, portanto o mesmo foi disposto em dois (02) setores base o Setor do Poder Executivo e o Setor do Poder

Legislativo, dentro destes aparecem outros subsetores que possuem salas para atendimento ao público, e trabalhos individuais.

“São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo exercido pela Câmara Municipal de Vereadores e o Executivo, exercido pelo Prefeito Municipal.” (Lei Orgânica de Ilópolis, p.02)

O primeiro setor, o Poder Executivo contará com os seguintes ambientes:

Recepção: Será o primeiro atendimento da Sede, onde as pessoas receberão informações da secretária, e essa repassará para demais repartições. Nesta mesma área será implantado no hall uma galeria para exposição de informações e fotos do município, próximo a isso terão os sanitários e salas para espera, reuniões e multiuso e impressão além do posto bancário.

Gabinetes: Serão dispostos dois Gabinetes para o Centro Administrativo, um para o Prefeito e outro para o Vice-Prefeito.

Setor de Secretarias: Neste setor será disposto todas as secretarias possíveis de se agrupar, nelas terão salas de atendimento ao público e as de trabalho individual.

As secretarias que estarão no Centro serão: Setor de identificação e junta militar; Secretaria da Administração; Secretaria da Fazenda; Secretaria do Planejamento; Secretaria da Educação; Secretaria da Assistência Social; Secretaria da Cultura, turismo, desporto e lazer e a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Setor de serviços: O edifício do Executivo contará com núcleos de serviços dispostos no decorrer dos setores, como sanitários, cozinha, copa para funcionários, almoxarifado e o depósito de limpeza, além das circulações verticais e horizontais e de um estacionamento com 50 vagas.

O segundo Setor será do Poder Legislativo, disposto da seguinte maneira:

Administrativo: Este abrigará a recepção, que ramificará com a sala do secretário, com o gabinete do Vereador presidente da Câmara, as dependências do Assessor jurídico, juntamente com os blocos de sanitários e o almoxarifado com depósito de materiais de limpeza.

Plenário: A Câmara de Vereadores contará com um plenário para 9 (nove) vereadores e uma plateia pra 200 pessoas sentadas, em conjunto com as salas de som e luz, a sala de preparações e o bloco de sanitários. O estacionamento será coletivo com o do Executivo.

Nas tabelas e fluxogramas abaixo foram demonstrados como foram distribuídas as áreas de cada setor bem como o pré-dimensionamento das salas em metros quadrados (m²), assim como o número de funcionários e de ocupantes de cada ambiente.

A ordem de apresentação será em primeiro a tabela do programa de necessidade do Poder Executivo, em seguida do Poder Legislativo. Na sequência será exposto o fluxograma da Sede do Executivo e por último o fluxograma do Poder Legislativo, a partir destes é possível compreender as funcionalidades de cada sede.

Tabela 1: Programa de necessidades do Poder Executivo

Programa de Necessidades para o novo Centro Administrativo de Ilópolis				
Setores	Funções	Capacidade de ocupantes	Nº de Funcionários	Área (m²)
SETOR DO EXECUTIVO				
Recepção	Hall	-	1	40
	Sala de espera	10	-	20
	Sala de reuniões	15	-	40
	Sala multiuso	60	-	100
	Posto bancário	-	1	20
	Impressão/plotter e xerox	-	1	20
	Sanitário Fem. com PNE	4	-	60
	Sanitário Mas. Com PNE	4	-	
Gabinetes	Gabinete do Prefeito	-	1	60
	Gabinete do Vice-prefeito	-	1	20
SECRETARIAS				
Setores de identificação	Solicitação de Carteira de Identidade (RG) e Junta de Serviço Militar	-	1	20
Secretaria da Administração	Atendimento Auxiliar administrativo	-	1	20
	Secretário da administração	-	1	20
	Assessor jurídico	-	2	20
	Recursos humanos	-	1	20
	Sala de arquivos	-	-	40

Secretaria da Fazenda	Atendimento	-	-	-
	Secretário da fazenda	-	1	20
	Contabilidade	-	2	20
	Tesouraria	-	2	20
	Tributação	-	1	20
	Licitações	-	2	20
Secretaria de Planejamento	Atendimento Auxiliar administrativo	-	1	20
	Secretário do planejamento	-	1	20
	Arquiteto e Urbanista Engenheiro Civil Estagiário	-	3	40
	Fiscal de obra	-	2	20
	Cadastro imobiliário	-	2	40
Secretaria de Educação	Atendimento	-	1	20
	Secretário da educação	-	1	20
	Nutricionista	-	1	20
	Coordenador pedagógico	-	1	20
	Depósito	-	-	40
Assistência Social	Atendimento	-	1	20
	Assistente Social	-	2	20
	Concelho Tutelar	-	5	40
Secretaria da cultura, Turismo, Desporto e Lazer	Secretário	-	1	20
	Atendimento Auxiliar administrativo	-	1	20
	Diretor do turismo, do esporte e lazer	-	1	20
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Atendente Auxiliar administrativo	-	1	20
	Secretário da agricultura	-	1	20
	Vigilância sanitária	-	1	20
	Técnico agrícola	-	1	20
	Veterinário Inseminação artificial	-	2	20
	Biólogo Fiscalização e licenciamento ambiental	-	2	40
	ICMS	-	1	20
	Depósito	-	-	60

Setor de Serviço	Sanitário Fem. com PNE	3	-	40
	Sanitário Mas. Com PNE	3	-	
	Cozinha	-	1	20
	Copa para funcionários	20	-	40
	Almoxarifado	-	-	60
	Depósito/Limpeza	-	2	40
	Circulações	-	-	-
	Áreas de estar	-	-	-
	Áreas abertas	-	-	-
	Estacionamento	50	-	1.000
Subtotal de Funcionários			55	
Subtotal de área				2.480

Fonte: Autor (2019)

Tabela 2: Programa de necessidades do Poder Legislativo

Programa de Necessidades para o novo Centro Administrativo de Ilópolis				
Setores	Funções	Capacidade de ocupantes	Nº de Funcionários	Área (m²)
SETOR DO LEGISLATIVO				
SETOR ADMINISTRATIVO	Recepção	-	1	20
	Secretário	-	1	20
	Gabinete para Presidente da Câmara	-	1	40
	Assessor jurídico	-	1	20
	Sanitário Fem. com PNE	4	-	60
	Sanitário Mas. Com PNE	4	-	
	Almoxarifado e limpeza	-	1	40
PLENÁRIO	Foyer	-	-	60
	Plateia	200	-	360
	Sala de preparação	9	-	20
	Sala para som e luz	-	1	20
	Sanitário Fem. com PNE	4	-	60
	Sanitário Mas. Com PNE	4	-	
Subtotal de Funcionários do Legislativo			6	
Subtotal de Área do Legislativo				640
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO			61	
TOTAL DE ÁREA DO CENTRO ADMINISTRATIVO				3.140

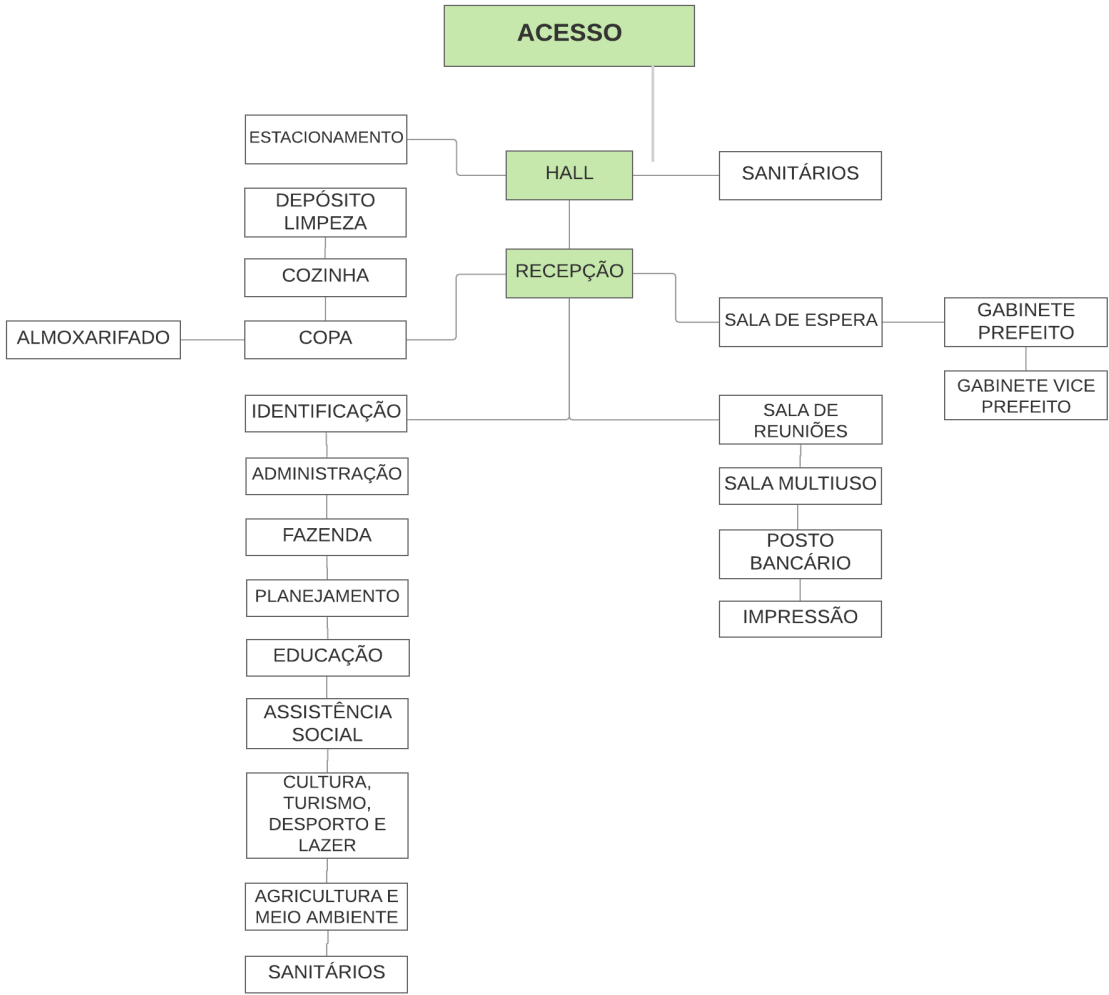
Fonte: Autor (2019)

Os municípios possuem leis específicas para regulamentar suas atividades, a Lei de Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal é uma lei que “organiza a Prefeitura. Ela institui as secretarias e demais órgãos, distribuindo as atribuições entre eles. A lei será mais efetiva se acompanhada de um regimento interno, expedido por decreto do(a) prefeito(a), pormenorizando essas atribuições e estabelecendo procedimentos.” (Guia Básico para Gestão nos Municípios. Brasília: MP, 2008. p.16)

Com base nesta lei e as demais do município como a Lei Orgânica, foi instituído as secretárias existentes, portanto o programa foi desenvolvido sem incluir ou excluir nenhuma secretaria e sim reorganizando as mesmas e as funções de cada setor assim como os ambientes, os mesmos poderão agrupar-se caso necessário com os demais desde que seja no mesmo setor. O programa de necessidades se ajustará a cada administração, pois a mesma é responsável por montar sua equipe de trabalho, podendo não fazer uso de todos os profissionais e ambientes que foi citado na tabela, ou seja, a tabela não designa somente usos contínuos, mas sim, todos os ambientes e profissionais necessários para uma boa funcionalidade da sede e que possibilite as separações necessárias das funções do município.

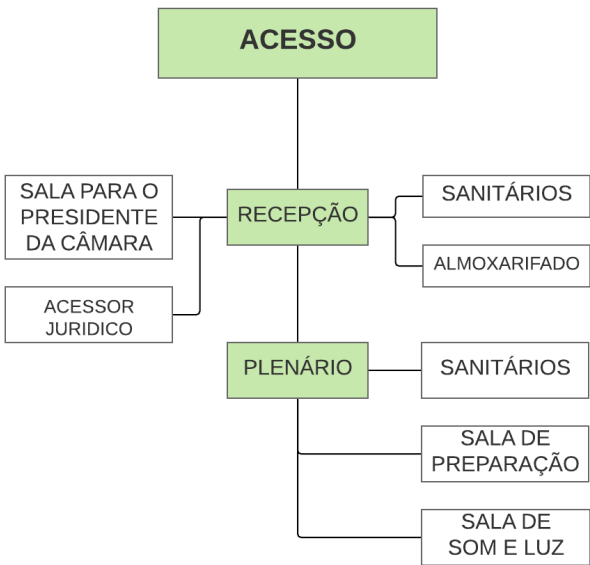
Em seguida será exposto os fluxogramas, para exemplificar como foi realizado as ramificações de cada setor.

Tabela 3: Fluxograma do Poder Executivo



Fonte: Autor (2019)

Tabela 4: Fluxograma do Poder Legislativo



Fonte: Autor (2019)

3.2 Condicionantes legais do programa

Neste momento serão apresentados os condicionantes legais, normas técnicas e parâmetros básicos a serem considerados durante a elaboração do projeto arquitetônico do Centro Administrativo de Ilópolis.

No Brasil, o setor da construção civil é padronizado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas a ABNT, este órgão está em atividade desde o ano de 1940, sua atuação é importante para o cenário do setor. Para o cumprimento dessas, é estabelecido por lei os parâmetros de trabalho do setor da construção, que são conhecidas como Norma Brasileira (NBR) essas aprovadas pela ABNT. Existem também as Normas Regulamentadoras (NRs) que são estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que regem todos os serviços prestados e devem ser seguidas. As normas foram instituídas para que o setor fosse estruturado e apresentasse maior qualidade e segurança, prevenindo acidentes, além da obtenção de resultados satisfatórios evitando problemas futuros nas edificações. Devem ser seguidas conforme o tipo de construção e ocupação. (ABNT, 2014)

Para o Centro Administrativo será analisado a NBR 9050 que estabelece parâmetros de acessibilidade e a NBR 9077 que institui regras para a prevenção contra incêndio.

O município de Ilópolis não disponibiliza de nenhuma lei própria sobre prevenção contra incêndio e de acessibilidade portanto na falta destas o projeto será baseado somente nas NBRs.

3.2.1 NBR 9050 - Acessibilidade

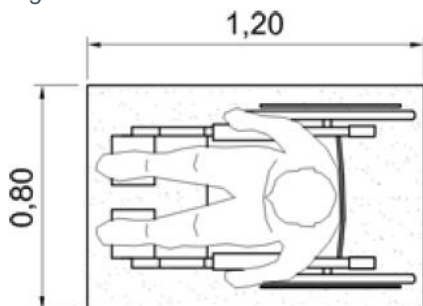
A referida NBR 9050 de 2004 estabelece critérios e parâmetros para o desenvolvimento de projetos voltados para a questão de acessibilidade, ou seja, espaços e equipamentos necessários para que pessoas com necessidades especiais também possam usufruir do local.

Qualquer tipo de reforma ou construção deve atender os requisitos desta norma para que sejam consideradas acessíveis.

3.2.1.1 Acessibilidade para cadeirantes

A norma considera dimensões referenciais para cadeiras de rodas, a projeção base de uma pessoa utilizando a cadeira é de 0,80 m por 1,20 m.

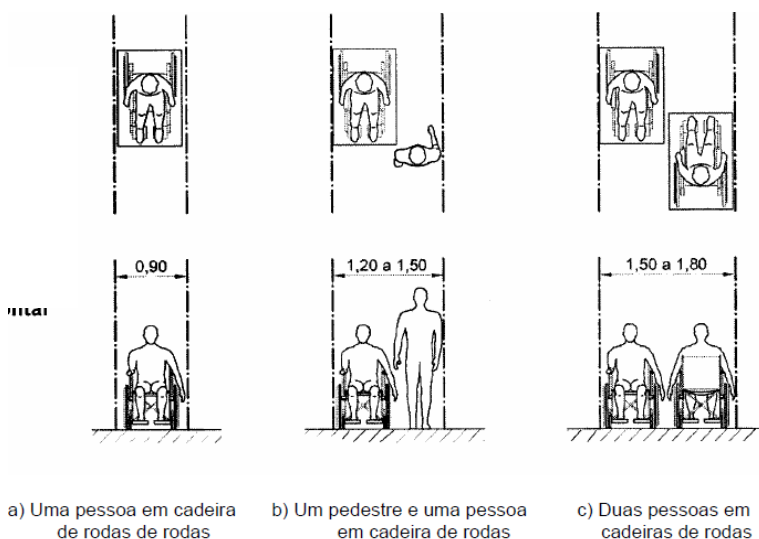
Figura 17: Módulo de referência de cadeira de rodas (em metros)



Fonte: NBR 9050 /2004

Além disso é estabelecido as informações para deslocamento dos cadeirantes, criando algumas hipóteses de deslocamento, como uma pessoa e um cadeirante no mesmo espaço ou de dois cadeirantes andando em linha reta conforme é exemplificado na figura a seguir.

Figura 18: Exemplo de deslocamento em linha reta com cadeira de rodas

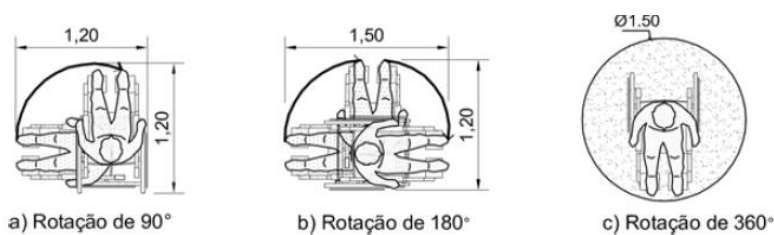


Fonte: NBR 9050 /2004

Destaca-se também que a norma estabelece parâmetros para as áreas de manobras, sem a qual não seria possível se locomoverem de um local para outro.

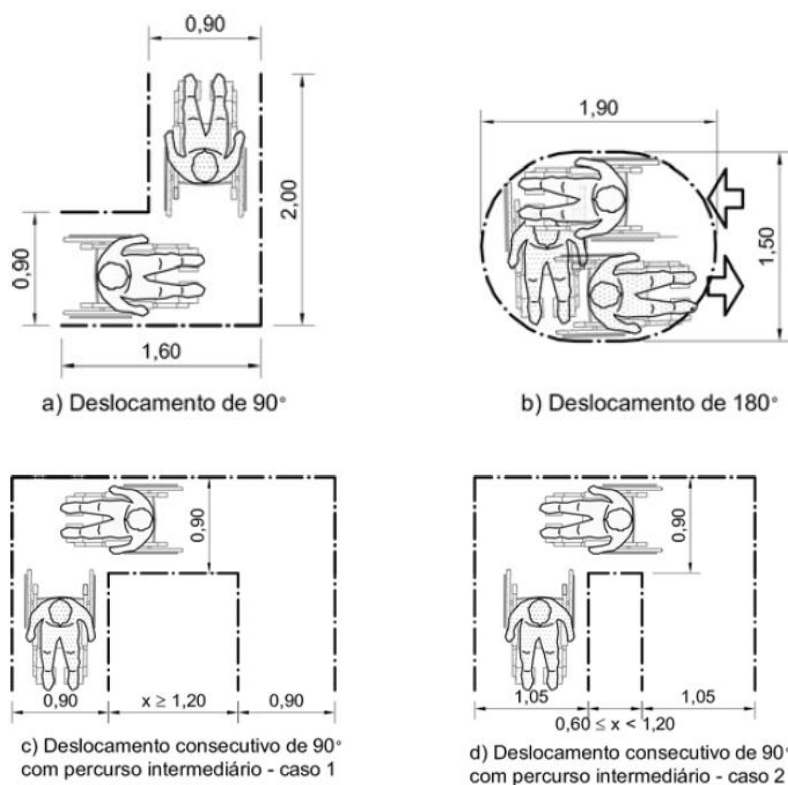
A NBR 9050 estabelece áreas de manobras com e sem deslocamentos e isso varia conforme a rotação desejada.

Figura 19: Área de manobra sem deslocamento



Fonte: NBR 9050 /2004

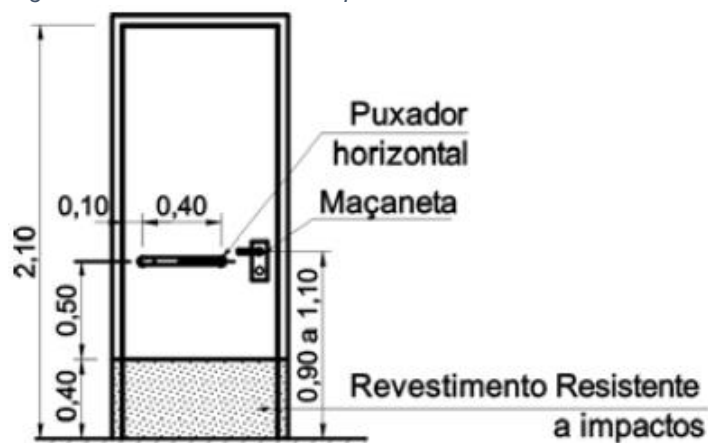
Figura 20: Área de manobra com deslocamento



Fonte: NBR 9050 /2004

Para um cadeirante ter acesso a qualquer compartimento de uma edificação, a largura mínima das portas deve ser de 80 cm. Equipadas de um puxador tipo alavanca, com condições de serem abertas com um único movimento instalada entre 0,90 m e 1,10 m de altura. (NBR 9050/2004)

Figura 21: Vista frontal de uma porta



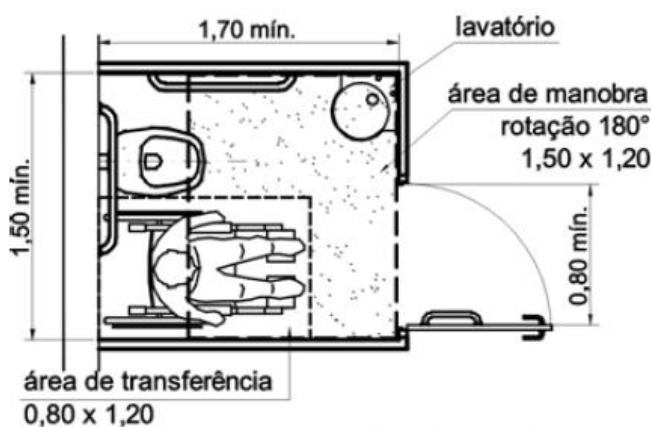
Fonte: NBR 9050 /2004

3.2.1.2 Acessibilidade em sanitários

Por se tratar de pessoas com necessidades especiais, é necessário facilitar a locomoção destas pessoas, ou seja, os sanitários assim como qualquer outro mobiliário adaptado deve estar disposto em um local de fácil acesso e visibilidade.

As cabines com bacia sanitária devem garantir o espaço suficiente para a movimentação lateral e perpendicular, bem como área de manobra para rotação de 180°, devem ser dotadas de barras de apoio para facilitar a transição da cadeira de rodas para a bacia sanitária e devem estar dispostas conforme figura abaixo.

Figura 22: Exemplo de cabine sanitária



Fonte: NBR 9050 /2004

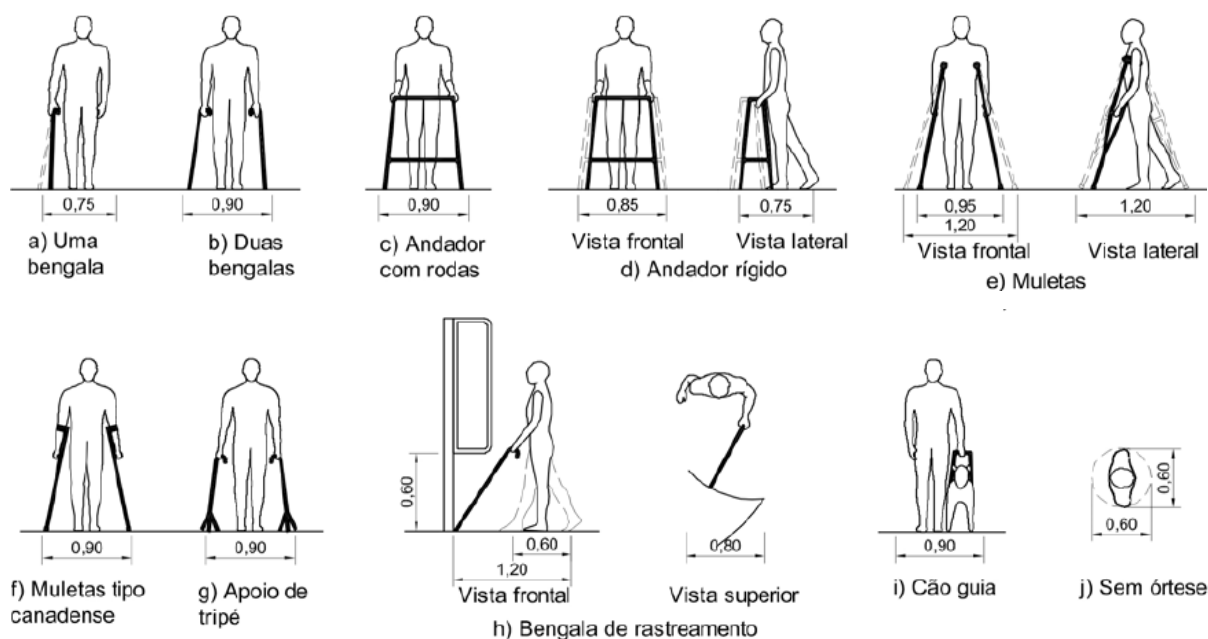
E indispensável a análise da NBR em questão para profissionais da área, pois ela reporta de maneira detalhada todas as adaptações necessárias para que pessoas com necessidades especiais, sendo as com dificuldades de locomoção, auditivas, visuais ou qualquer tipo de invalidez que impossibilita o seu deslocamento.

Possui diretriz que garante o direito de ir e vir de todos os cidadãos, desde a sua mobilidade nas calçadas públicas até a parte interna das edificações.

3.2.2 Parâmetros antropométricos

A norma estabelece os parâmetros de referência para mobilidade, onde são apresentadas dimensões adequadas para deslocamento de uma pessoa em pé, conforme figuras abaixo.

Figura 23: Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé



Fonte: NBR 9050 /2004

3.2.3 Norma para prevenção contra incêndio

A prevenção ou proteção contra incêndio é um conjunto de medidas que visa evitar acidentes indesejáveis. Assim ressalta-se a importância de se anular ou minimizar as consequências trágicas causadas por incêndio, através de prevenção e eliminação de fatores de riscos. A evacuação é um dos aspectos mais importantes de proteção das pessoas em edifícios.

A legislação referente a prevenção de incêndio passou a ter maior rigor após o incêndio da boate Kiss na cidade de Santa Maria- RS ocorrido no ano de 2013, A partir de então se criou a Lei Nº 14.376, de 26 de Dezembro de 2013 que dispõe sobre “Normas de Segurança, prevenção e proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul.”

3.2.3.1 NBR 9077 - Prevenção contra incêndio

A NBR 9077 de 2001 é a principal norma de prevenção contra incêndio, sendo essa que serviu de base para as leis complementares.

A mesma estabelece as condições que a edificação deve possuir afim de que a população possa abandona-la, completamente protegida em sua integridade física, para permitir o fácil acesso do auxílio externo, afim de combater o fogo e fazer a retirada dos usuários.

De acordo com a referida norma as edificações são classificadas quanto a sua ocupação, altura, dimensão em planta e características construtivas.

Levando em consideração a construção da sede do Poder Executivo, desconsiderando a sede do Legislativo que possuirá nas suas dependências um auditório com acesso independente (Câmara de Vereadores) podemos classificar tal edificação da seguinte maneira.

Figura 24: Classificação da edificação quanto a sua ocupação

D	Serviços profissionais, pessoais e técnicos	D-1	Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, consultórios, instituições financeiras (não incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, laboratórios de análises clínicas sem internação, centros profissionais e outros
		D-2	Agências bancárias	Agências bancárias e assemelhados
		D-3	Serviços de reparação (exceto os classificados em G e I)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros

Fonte: NBR 9077/2001 – Parte da Tabela 01 da referida norma

A edificação quanto à ocupação se encaixa como sendo do grupo “D” divisão “D1”.

Figura 25: Classificação da edificação quanto à sua altura

	Tipo de edificação		Alturas contadas da soleira de entrada ao piso do último pavimento, não consideradas edículas no ático destinadas a casas de máquinas e terraços descobertos (H)
Código	Denominação		
K	Edificações térreas		Altura contada entre o terreno circundante e o piso da entrada igual ou inferior a 1,00 m
L	Edificações baixas		H ≤ 6,00 m
M	Edificações de média altura		6,00 m < H ≤ 12,00 m
N	Edificações medianamente altas		12,00 m < H - 30,00 m
O	Edificações altas	0 - 1	H > 30,00 m ou
		0 - 2	Edificações dotadas de pavimentos recuados em relação aos pavimentos inferiores, de tal forma que as escadas dos bombeiros não possam atingi-las, ou situadas em locais onde é impossível o acesso de viaturas de bombeiros, desde que sua altura seja H > 12,00 m

Fonte: NBR 9077/2001 – Tabela 02 da referida norma

Em análise a tabela do programa de necessidades podemos enquadrar o Centro Administrativo quanto a altura entre 6 m e 12 m, logo será classificado como Edificação de média Altura, Código “M”.

Figura 26: Classificação da edificação quanto a sua dimensão em planta

Natureza do enfoque		Código	Classe da edificação	Parâmetros de área
α	Quanto à área do maior pavimento (s_p)	P	De pequeno pavimento	$s_p < 750 \text{ m}^2$
		Q	De grande pavimento	$s_p \geq 750 \text{ m}^2$
β	Quanto à área dos pavimentos atuados abaixo da soleira de entrada (s_s)	R	Com pequeno subsolo	$s_s < 500 \text{ m}^2$
		S	Com grande subsolo	$s_s \geq 500 \text{ m}^2$
γ	Quanto à área total S_t (soma das áreas de todos os pavimentos da edificação)	T	Edificações pequenas	$S_t < 750 \text{ m}^2$
		U	Edificações médias	$750 \text{ m}^2 \leq S_t < 1500 \text{ m}^2$
		V	Edificações grandes	$1500 \text{ m}^2 \leq S_t < 5000 \text{ m}^2$
		W	Edificações muito grandes	$A_t > 5000 \text{ m}^2$

Fonte: NBR 9077/2001 – Tabela 03 da referida norma

Em relação à dimensão em planta, e conforme desenvolvimento deste trabalho a edificação será maior que 1.500 m² e menor que 5.000 m². Portanto enquadra-se como “edificação grande”, Código “V”.

Figura 27: Classificação da edificação quanto a característica construtiva

Código	Tipo	Especificação	Exemplos
X	Edificações em que a propagação do fogo é fácil	Edificações com estrutura e entrepisos combustíveis	Prédios estruturados em madeira, prédios com entrepisos de ferro e madeira, pavilhões em arcos de madeira laminada e outros
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Edificações com estrutura resistente ao fogo, mas com fácil propagação de fogo entre os pavimentos	Edificações com paredes-cortinas de vidro ("cristaleiras"); edificações com janelas sem peitoris (distância entre vergas e peitoris das aberturas do andar seguinte menor que 1,00 m); lojas com galerias elevadas e vãos abertos e outros
Z	Edificações em que a propagação do fogo é difícil	Prédios com estrutura resistente ao fogo e isolamento entre pavimentos	Prédios com concreto armado calculado para resistir ao fogo, com divisórias incombustíveis, sem divisórias leves, com parapeitos de alvenaria sob as janelas ou com abas prolongando os entrepisos e outros

Fonte: NBR 9077/2001 – Tabela 04 da referida norma

Referente a característica construtiva a edificação até por questão de segurança classifica-se como sendo de código "Y".

Diante das informações obtidas das figuras 24, 25, 26, 27 da NBR, será possível, obter a distância máxima a ser percorrida por uma pessoa até encontrar a saída de emergência, conforme figura 28 abaixo.

Figura 28: Distâncias máximas a serem percorridas

Tipo de edificação	Grupo e divisão de ocupação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
		Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
X	Qualquer	10,00 m	20,00 m	25,00 m	35,00 m
Y	Qualquer	20,00 m	30,00 m	35,00 m	45,00 m
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Fonte: NBR 9077/2001 – Tabela 06 da referida norma

Figura 29: Número e tipo de escadas

Dimensão		P (área de pavimento ≤ 750 m²)										Q (área de pavimento > 750 m²)									
Altura		K	L		M		N		O		K	L		M		N		O			
Ocupação		N ^{as}	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	Tipo esc.	N ^{as}	Tipo esc.		
Gr.	Div.																				
A	A-1	1	1	NE	1	NE	-	-	-	-	1	1	NE	1	NE	-	-	-	-		
	A-2*	1	1	NE	1	NE	1	EP	1	PF	1	1	NE	2*	NE	2*	EP	2*	PF		
	A-3	1	1	NE	1	NE	1	EP	2	PF	1	1	NE	2	NE	2	EP	2	PF		
B	B-1	1	1	NE	1	EP	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF		
	B-2	1	1	EP**	1	EP	2	PF	2	PF	2	2	EP	2	EP	2	PF	2	PF		
C	C-1	1	1	NE	1	NE	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF		
	C-2	1	1	NE	1	NE	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	3	PF		
	C-3	1	1	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	3	PF	4	PF		
D	-	1	1	NE	1	EP**	1	PF	1	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF		

Fonte: NBR 9077/2001 – Parte da Tabela 07 da referida norma

Conforme explicação acima se concluiu que para ocupação “D” altura “M” e área maior que 750 m², É possível identificar na figura 29 que precisará de no mínimo duas saídas de emergência e a escada deverá ser enclausurada protegida (EP).

A capacidade de unidade de passagem é a quantidade de pessoas que pode passar por esta unidade em 1 (um) minuto, sendo que cada unidade de passagem possui a largura mínima fixada em 55 cm, ou seja, a largura das saídas de emergência vai depender da quantidade de população que por ela deve passar.

Figura 30: Dados para dimensionamento das saídas de emergência

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
B	-	Uma pessoa por 15,00 m ² de área ^{(E) (G)}	100	60	100
C	-	Uma pessoa por 3,00 m ² de área ^{(E) (J)}			
D	-	Uma pessoa por 7,00 m ² de área			
E	E-1 a E-4	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)	30	22	30
	E-5, E-6	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)			

Fonte: NBR 9077 /2001 – Parte da Tabela 05 da referida norma

Porém não será dimensionado neste momento o tamanho das saídas de emergência pois para isso necessita-se da área exata da edificação, para se obter a população, os dados podem ser obtidos na Figura 30 (parte da tabela nº 05 da NBR 9077/2001).

3.2.4 NBR 9050 - Para auditórios

O auditório é o compartimento de uma edificação, onde os critérios especificados em normas técnicas se fazem de fundamental importância, pois neste local em dias de eventos comportará grandes acúmulos de pessoas. Então deve-se pensar em alguns quesitos como a visão das pessoas, Iluminação, acústica, segurança e acessibilidade.

Em locais de aglomerado de pessoas, como auditório, teatros entre outros, a área destinada a plateia deve possuir espaços reservados para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R), em cadeira de Rodas (P.C.R), e obesas. A locação dos espaços reservados para tais pessoas portadoras de necessidades deve ser em local estratégico de maneira a não prejudicar a visibilidade do palco.

Figura 31: Ângulo visual para pessoas com cadeira de rodas



Fonte: NBR 9050/2004

Referente à segurança da edificação, e a prevenção de incêndio para auditórios, deverão ser observados todos os critérios referentes a esta edificação estipulados na NRB 9077/2001, utilizando o mesmo raciocínio que foi feito na seção anterior para o edifício do Poder Executivo.

A NBR 10152/1987, fixa os níveis de ruídos compatíveis com o conforto acústico em ambientes diversos, no caso os ruídos não poderão ultrapassar os estipulados pela norma, com isso será necessário soluções projetuais e construtivas que possam absorver e isolar os ruídos, ou ainda evitar a propagação de eco na edificação, que possa de alguma maneira perturbar o público.

3.3 Justificativa do programa

O programa em questão foi desenvolvido baseado na demanda de novos ambientes do atual Centro, esses dados foram coletados em visita local onde foi observado a estrutura, assim como em conversa informal com os funcionários, autoridades e a população que lá se encontravam, onde os mesmos pontuaram os problemas que vem enfrentando, como a acessibilidade, a falta de espaço e de

separação de setores, bem como a vontade de juntar todas as secretárias novamente e de trazer para mais próximo o Legislativo, o que beneficiaria a todos. Também foi levado em conta as cidades do entorno, que são do mesmo porte e que possuem sedes com melhor organização e disposição de espaços.

Na sequência será apresentado imagens internas da atual Prefeitura, e da Câmara de Vereadores onde é visível a falta de espaços e organização dos ambientes.

Figura 32: Sede da Prefeitura



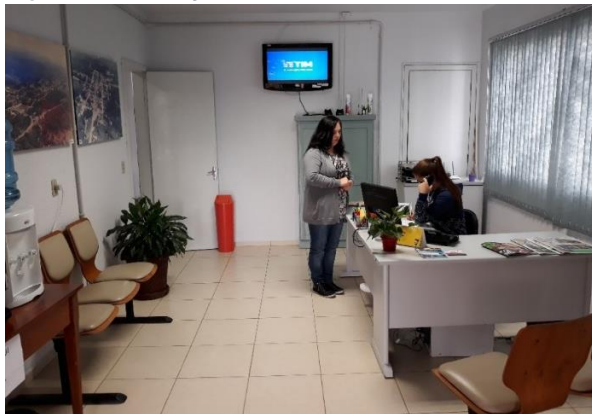
Fonte: Autor (2019)

Figura 33: Sede da Câmara de Vereadores



Fonte: Autor (2019)

Figura 34: Recepção



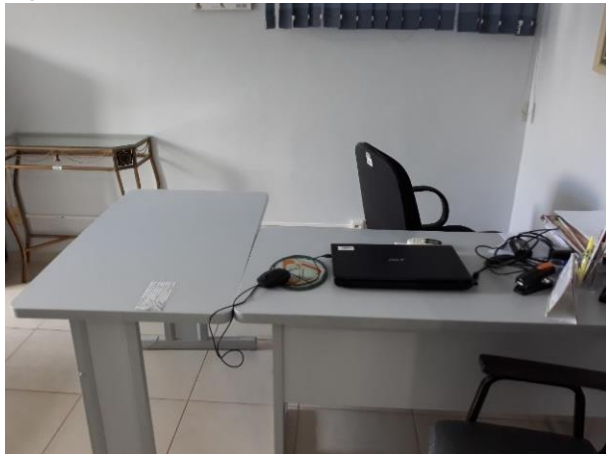
Fonte: Autor (2019)

Figura 35: Sala da administração e do Vice-prefeito



Fonte: Autor (2019)

Figura 36: Sala dos assessores jurídicos



Fonte: Autor (2019)



Figura 37: Sala do RH e licitações



Fonte: Autor (2019)



Figura 38: Sala da contabilidade e tesouraria



Fonte: Autor (2019)

Figura 39: Impressão



Fonte: Autor (2019)

Figura 40: Sala de fiscalização e licença ambiental



Fonte: Autor (2019)

Figura 41: Sala do Engenheiro e do Biólogo



Fonte: Autor (2019)

Figura 42: Sala de planejamento



Fonte: Autor (2019)

Figura 43: Sala de arquivos e ICMS



Fonte: Autor (2019)

Figura 44: Identificação e junta militar



Fonte: Autor (2019)

Figura 45: Cozinha e copa para funcionários



Fonte: Autor (2019)

Figura 46: Acesso ao pavimento térreo da Prefeitura



Fonte: Autor (2019)

Figura 47: Acesso a Câmara de Vereadores



Fonte: Autor (2019)

Figura 48: Plenário da Câmara de Vereadores



Fonte: Autor (2019)

Figura 49: Sede do Conselho Tutelar



Fonte: Autor (2019)

A partir destas imagens é possível constatar que a recepção comporta poucas pessoas e não possui estrutura para inserir mobiliário de espera adequado, o Vice-prefeito não possui uma sala específica, sendo que o mesmo se encontra juntamente com parte do setor administrativo.

Os Assessores jurídicos trabalham em dias específicos na prefeitura, em segundas e terças-feiras, porém ambos estão atendendo nos mesmos dias e no mesmo ambiente, fazendo com que as pessoas não tenham sigilo nas conversas.

Em todas as salas de trabalho observa-se a falta de espaços adequados para guardar e organizar arquivos, além de não conter um local para atender a população visto que em alguns casos é necessário privacidade.

Há ambientes com dois funcionários utilizando a mesma mesa, enquanto outros possuem um espaço de trabalho reduzido, destaca-se também as funções distintas no mesmo ambiente como exemplo o Engenheiro Civil e o Biólogo que exercem funções distintas. O setor de arrecadação (ICMS - Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços) atendendo na mesma sala onde estão dispostos os arquivos mortos (documentos que não estão em uso) que eventualmente são requisitados.

Já em outros ambientes observamos uma quantidade excessiva de mobiliário que dificulta a organização e a circulação dos trabalhadores. O local onde são impressos os documentos foi adaptado em uma circulação que está desativada. Outra questão importante é a ligação entre os dois pavimentos que só é possível por meio de escadarias, não havendo acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

Na Câmara de vereadores o acesso se dá através de escadas e uma rampa, contudo essa não possui condições mínimas para o seu uso, havendo inclinação superior as estabelecidas em normas, não possui patamares de descanso e nem áreas de manobras estabelecidos nas normas.

No interior da edificação o espaço é pequeno e sua capacidade de público em seu plenário é reduzida, o local é improvisado e não possui estrutura adequada, além de ter funções como a sede do conselho tutelar dentro de seu plenário. Há apenas um sanitário para toda parte superior da edificação e o mesmo não possui adaptação para PNE.

4 TERRENO

Neste capítulo será abordada a área de intervenção da proposta os condicionantes legais, os principais acessos, o entorno imediato e finalizando com a justificativa do porquê da escolha do terreno.

4.1 Apresentação do terreno

O Centro Administrativo proposto estará localizado no município de Ilópolis inserido na Região Sul do País, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 50: Mapa do Brasil com ênfase no Rio Grande do Sul.



Fonte: Autor (2019)

Figura 51: Mapa do Rio Grande do Sul, com ênfase no Vale do Taquari.



Fonte: Autor (2019)

A cidade está inserida no Alto Vale do Taquari, distante 195 km da capital Porto Alegre e a 82 km da cidade de Lajeado, e faz divisa com os municípios de Anta Gorda, Arvorezinha e Putinga.

Figura 52: Mapa do Vale do Taquari com ênfase na Cidade de Ilópolis.



Fonte: Autor (2019)

Legenda:

- Vale do Taquari
- Município de Ilópolis
- Município de Lajeado
- Principais vias de acesso - RS130 e RS 332
- Rio Taquari

Figura 53: Mapa dos municípios vizinhos.



Fonte: Autor (2019)

Legenda:

- Municípios vizinhos
- Município de Ilópolis

As rodovias que possibilitam acesso ao município, são a RS 130 no sentido Lajeado a Ilópolis que dá continuidade com a RS 332 que corta o município e interliga com Arvorezinha e Soledade e a RS 435 que liga com a cidade de Putinga.

Figura 54: Mapa do perímetro do município de Ilópolis com ênfase na área urbana consolidada.



Fonte: Autor (2019)

Legenda:

- Município de Ilópolis
- Área urbana consolidada
- Principais vias de acesso ao município RS 332 e RS 435.

O município em questão possui uma área de 116 Km², e atualmente a população corresponde a 53,95% na urbana e 46,05% na área rural. A economia é baseada principalmente na agricultura com extração e industrialização de erva-mate, sendo a principal fonte de renda da cidade.

A área escolhida para o projeto localiza-se no centro da cidade de Ilópolis, possui fácil localização e acesso tanto para moradores da cidade como para as pessoas de outros municípios, com duas testadas uma voltada para a Rua Conselheiro José Bozzetto, fazendo frente com a praça Itália um dos principais marcos da cidade, e a outra com frente para a Rua João Tomasini.

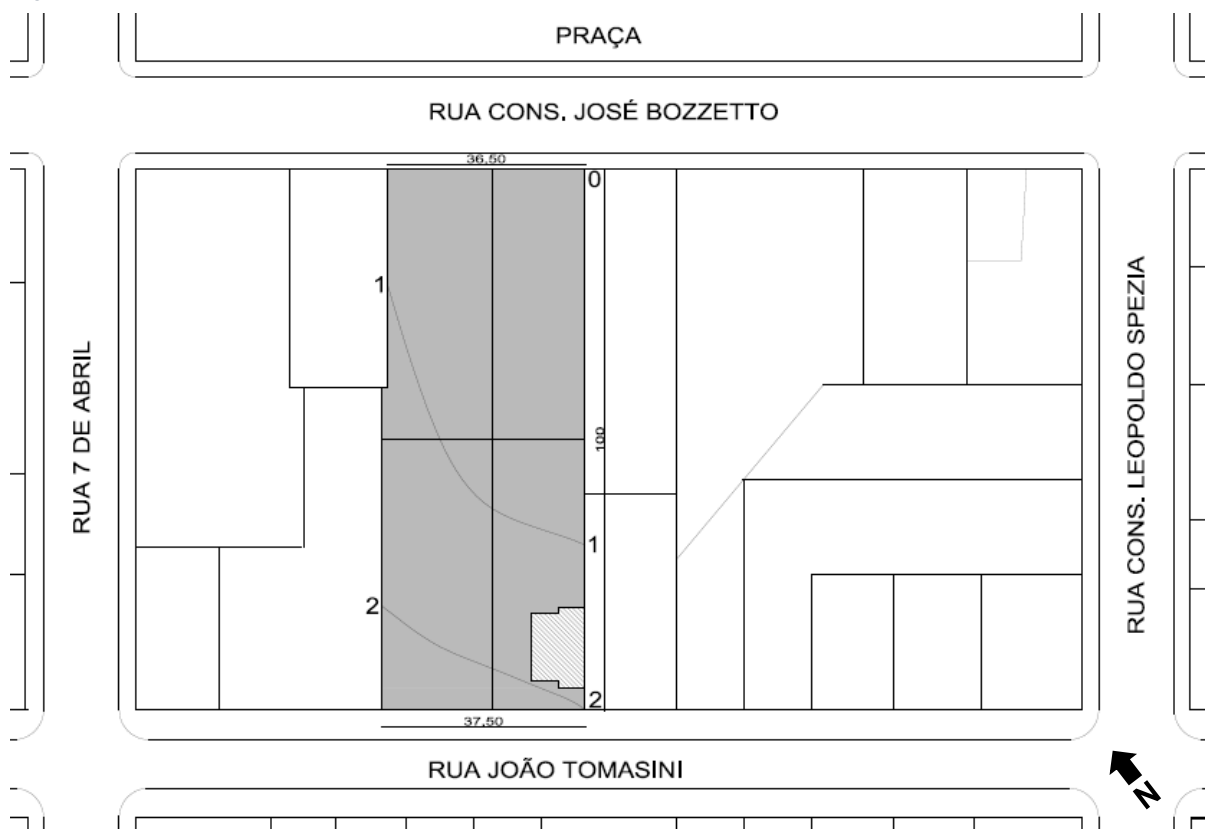
Figura 55: Mapa de vias e acessos



Fonte: Autor (2019)

O município não disponibiliza de terrenos públicos baldios no centro da cidade, portanto para configurar a área de locação do projeto foi necessário a junção de quatro (4) terrenos privados totalizando aproximadamente 3.835,72 m², com testada principal voltada para a praça de 36,50 metros e outra secundaria de 37,50 metros com profundidade de 100 metros.

Figura 56: Divisão de lotes com curvas de níveis



Fonte: Autor (2019)

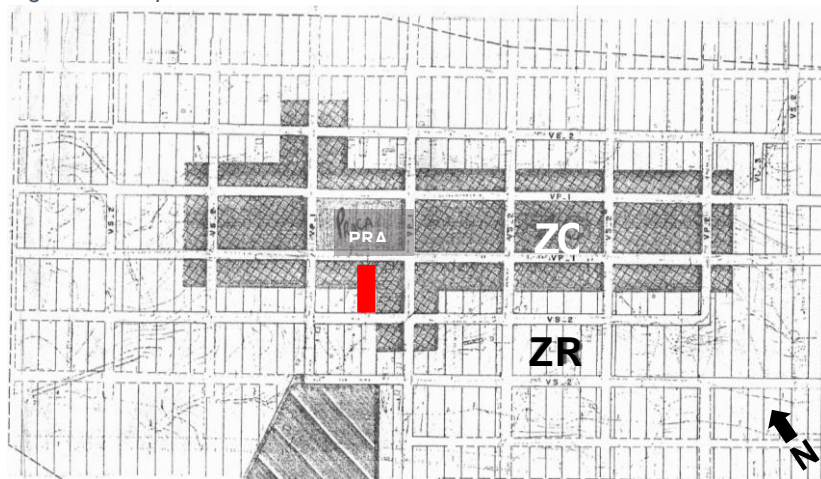
A partir da Figura 56 observa-se que possui uma regularidade na disposição das quadras, porém não existe nenhuma ordem na divisão dos lotes.

Destes quatro (04) terrenos escolhidos, três (03) são baldios e um (01) possui uma edificação residencial térrea com 160 m² em alvenaria, para obter a área livre a mesma terá de ser removida.

Os lotes são cobertos por vegetações rasteiras, não possuindo árvores nativas ou de grande porte. A topografia é relativamente plana com um leve aclive no sentido da testada principal para a secundária. Terrenos planos não é característico da região, pois o município em questão possui grandes relevos, portanto a escolha deste local se torna benéfica pois os centros administrativos em sua maioria são térreos, isso se dá para gerar uma impressão de transparência, receptividade e permeabilidade.

Dois dos lotes estão inseridos em zona residencial e dois em zona comercial, porém as zonas estão passando por mudanças e segundo informações fornecidas pelos funcionários da secretaria de planejamento a área em questão passará a ser comercial. Além de que, por se tratar de um projeto de interesse público não haveria problemas por se construir em lotes de área residencial.

Figura 57: Mapa de Zonas.



Legenda:

- Terreno
- Zona residencial
- Zona comercial

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilópolis (2019), modificado pelo autor

O entorno breve ao terreno configura-se por edificações de um (01) à quatro (04) pavimentos de uso misto.

Figura 58: Mapa de usos do entorno imediato ao lote.



Legenda:

- Residencial
- Comercio/Serviços
- Misto
- Institucional

Fonte: Autor (2019)

Figura 59: Mapa de alturas do entorno imediato ao lote



Legenda:

- 1 a 2 pavimentos
- 2 a 4 pavimentos

Fonte: Autor (2019)

Como descrito anteriormente o terreno possui dois acessos, o principal é em frente à Praça Itália pela Rua Conselheiro José Bozzetto, e o segundo pela Rua João Tomasini.

Figura 60: Terreno visto da Rua Cons. José Bozzetto



Fonte: Autor (2019)

Figura 61: Vista ampla da Rua Cons. José Bozzetto com edificações vizinhas.



Fonte: Autor (2019)

Figura 62: Terreno visto da Rua João Tomasini



Fonte: Autor (2019)

Figura 63: Terreno visto da Rua João Tomasini com edificação sobre um dos lotes.



Fonte: Autor (2019)

4.2 Condicionantes legais do terreno

Para a elaboração do projeto do Centro Administrativo de Ilópolis se faz necessário observar algumas normas técnicas e condicionantes legais.

4.2.1 Legislação Municipal

O Plano Diretor Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município e integra o processo de planejamento municipal. Está inscrito na lei municipal nº 1667/2006, onde estabelece diretriz e proposições de desenvolvimento para o Município de Ilópolis.

O município possui lei específica de uso e ocupação de solo abordados na lei municipal nº 283/86, o que significa que dispõem de uma maneira de controlar a utilização do espaço e definir as atividades admissíveis para cada zona setorial. A lei em questão aborda a maioria dos critérios básicos para a elaboração de um projeto no perímetro urbano da cidade.

Analisando a Tabela 05 abaixo, a TO (taxa de ocupação) é de 70% (setenta por cento) do lote e o IA (índice de aproveitamento) utilizado é dois (02).

Sendo o uso incentivado aquele que deverá predominar na zona caracterizando-a.

Tabela 5: Tabela de índices

	USO INCENTIVADO		USO PERMISSÍVEL	
Zoneamento	T.O	I.A	T.O	I.A
Zona Comercial	70%	2,0	50%	1,0
Zona Residencial	60%	1,0	40%	1,0
Zona de Proteção	30%	0,5	20%	0,3

Fonte: Uso e Ocupação Urbana (1986)

“As vagas para estacionamento só poderão ocupar 50% (cinquenta por cento), da área livre garantida pela taxa de ocupação” (Uso e Ocupação Urbana 1986). Referente a recuos e alturas permitidas para zona comercial, a edificação poderá ser

construída no alinhamento da calçada, e altura máxima é de (04) quatro pavimentos. (Uso e Ocupação Urbana 1986).

Nas fachadas das edificações construídas sobre o alinhamento das vias, as saliências terão, no máximo, dez centímetros (0,10m), até um mínimo de dois metros e sessenta centímetros (2,60m) acima do nível da calçada, a construção de marquises na testada das edificações construídas sobre o alinhamento das ruas será permitido desde que tenham balanço máximo de três metros (3,00m), ficando, em qualquer caso, trinta centímetros (0,30m) do meio fio. As edificações destinadas a área profissional, deverão conter uma área mínima de 15,00m². (Código de Obras Municipal 1986)

Tabela 6: Tabela de recuos e alturas

Zoneamento	Uso incentivado		Uso permissível		Alturas
	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Frontal	Afast. Lateral	
Z. COMERCIAL	Alinhamento	-	4m	1,5m /3m	T + 3
Z. RESIDENCIAL	4m	1,5m	4m	2m	T + 1
Z. PROTEÇÃO	8m	1,5m	8m	3m	T + 1

Fonte: Uso e Ocupação Urbana (1986)

4.3 Justificativa do terreno

Em estudo a história da evolução do local, podemos identificar que a cidade de Ilópolis se iniciou onde atualmente encontra-se a praça Itália, as primeiras edificações que foram surgindo localizava-se ao seu entorno. Antes mesmo de se tornar o que denominamos hoje de Prefeitura já existia na própria praça um salão comunitário, onde se reuniam lideranças daquela época para tratar de assuntos relevantes à comunidade e para o lazer. A partir de então todas as sedes administrativas estiveram locadas em frente ou muito próximas a este marco que se tornou histórico na cidade.

Sendo a principal ideia do projeto a continuação do Centro Administrativo como ponto de referência no centro da cidade, e não deslocando-o para área de pouca visibilidade, o local para implantação foi escolhido estrategicamente em frente à Praça

Itália, pela sua característica história e por ser um lugar de encontro dos moradores. Neste ponto a cidade concentra um grande fluxo de pessoas e seu entorno dispõem de importantes equipamentos urbanos, como supermercado, lojas, escola e bancos, o que se torna cômodo para os usuários. Localizando-se próximo ao Museu do Pão, Santuário São Paulo Apóstolo, Parque do Ibama e a Praça Itália que são alguns dos principais marcos e pontos turísticos da cidade.

Figura 64: Pontos turísticos e principais equipamentos no entorno



Fonte: Autor (2019)

Legenda:

- | | |
|---------------------------------|--|
| 1- Vista do terreno | 5- Fachada principal da Prefeitura atual |
| 2- Praça Itália | 6- Antigo colégio (Câmara de Vereadores) |
| 3- Santuário São Paulo Apóstolo | 7- Parque do Ibama |
| 4- Museu do Pão | |

Figura 65: Vista frontal do terreno



Fonte: Autor (2019)

Figura 66: Praça Itália



Fonte: Autor (2019)

Figura 67: Santuário São Paulo Apóstolo



Fonte: Autor (2019)

Figura 68: Museu do Pão



Fonte: Autor (2019)

Figura 69: Fachada principal da Prefeitura atual



Fonte: Autor (2019)

Figura 70: Antigo colégio (Câmara de Vereadores)



Fonte: Autor (2019)

Figura 71: Parque do Ibama



Fonte: Autor (2019)

5 REFERENCIAIS

Neste capítulo serão feitas as descrições e análises de referenciais arquitetônicos, do tema e programa, que tem seus usos e fluxos semelhantes ao da proposta deste trabalho, assim como os referenciais de arquitetura que servirão de base para o projeto arquitetônico da etapa seguinte, levando em consideração sua materialidade e forma.

5.1 Centro Administrativo de Capitão - Rio Grande do Sul

Ficha técnica:

Projeto: Centro Administrativo de Capitão - RS

Arquitetos: Ana D. T. Civardi, Márcio Radaelli

Localização: Capitão, Rio Grande do Sul

Área: 723,70 m²

Ano do projeto: 2014

Habitantes: 2.741

O centro Administrativo de Capitão foi considerado um referencial de tema e de arquitetura, apesar de ser uma referência local pode-se observar o funcionamento de uma sede compacta em uma cidade pequena onde foi possível juntar toda a parte administrativa e dividir os setores em módulos que facilitou a localização dos mesmos. O edifício possui 723 m² com 02 (dois) pavimentos, e foi locado em um terreno de esquina no Centro da cidade.

Figura 72: Centro Administrativo de Capitão - RS



Fonte: Material cedido pela Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Figura 73: Prefeitura em fase de construção



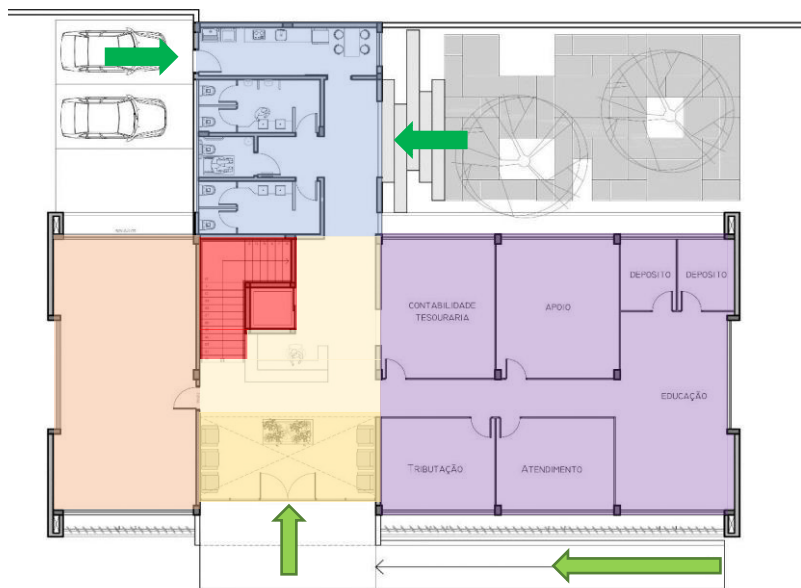
Fonte: Material cedido pela Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Figura 74: Situação e localização do Centro Administrativo



Fonte: Material cedido pela Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Figura 75: Planta do Térreo

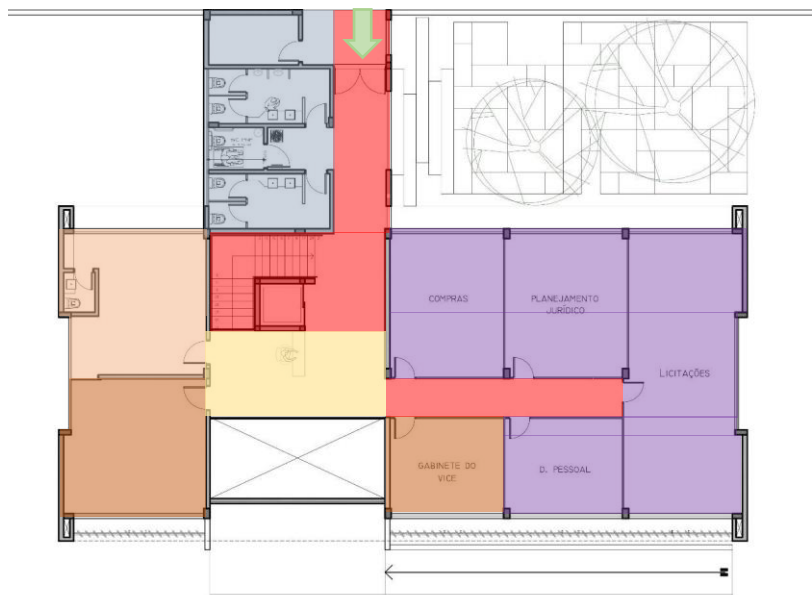


Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Legenda:

- | | |
|---|---|
| Sala de espera | Setor de apoio (cozinha e sanitários) |
| Recepção 01 | Secretárias |
| Sala de reuniões | Acesso Público 01 |
| Circulação vertical | Acesso Funcionários |

Figura 76: Planta Segundo Pavimento



Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Legenda:

- | | |
|--|---|
| Circulação vertical e horizontal | Secretarias |
| Setor de apoio | Recepção 02 |
| Sala de reuniões | Acesso público 02 |
| Gabinete Prefeito e Vice | |

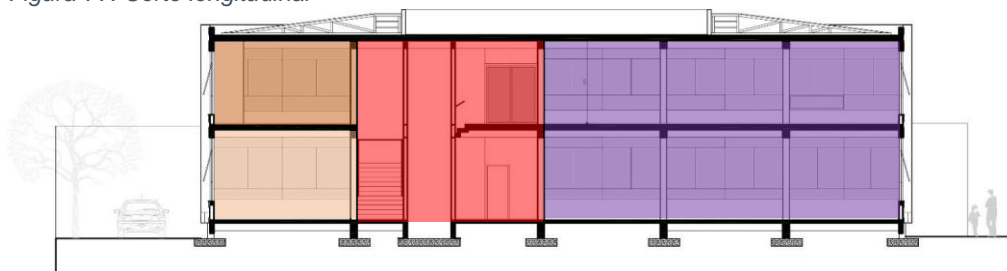
O edifício possui dois acessos independentes um para o público e outro para os funcionários. O zoneamento do pavimento térreo é constituído pela recepção e sala de espera juntamente com a circulação vertical, em seguida o setor de apoio com copa e sanitários, uma sala de reuniões e as secretarias.

Já no segundo pavimento se encontra a circulação vertical e horizontal que interliga com uma segunda secretária, o gabinete do Prefeito ligado a uma sala de reuniões e o gabinete do vice e demais secretarias, e por fim o setor de apoio com os sanitários e um acesso direto do exterior para o segundo pavimento pois existe uma cota nessa mesma altura.

O projeto organiza os acesso como sendo o principal no primeiro pavimento que é para o público em geral, onde se sobressai por ter uma maior dimensão com pé direito elevado, o acesso secundário público se dá diretamente no segundo pavimento sendo mais discreto, os dois acessos dos funcionários se dão pelas laterais do pavimento térreo.

A tipologia do edifício é contemporânea formado por uma caixa de concreto onde seu interior é transparente, porém por conta da insolação foi necessário o uso de brises. A entrada principal é demarcada por uma moldura seguindo características das edificações administrativas, a estrutura é elevada fazendo com que o acesso se de pôr escadas gerando imponência e poder.

Figura 77: Corte longitudinal

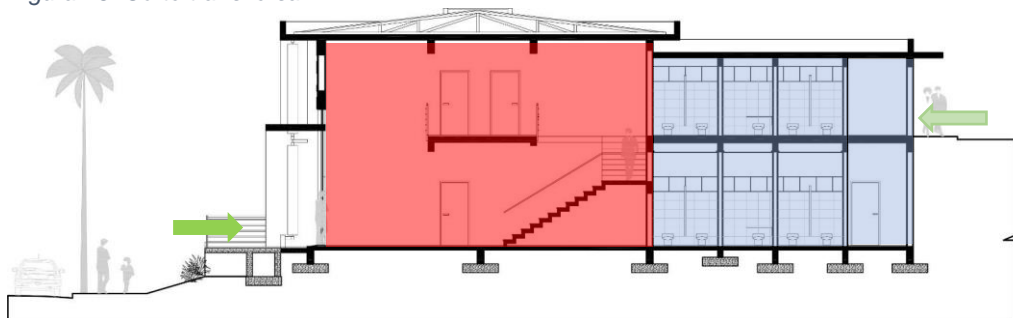


Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Legenda:

- Circulação vertical e horizontal
- Salas de reuniões
- Secretarias

Figura 78: Corte transversal



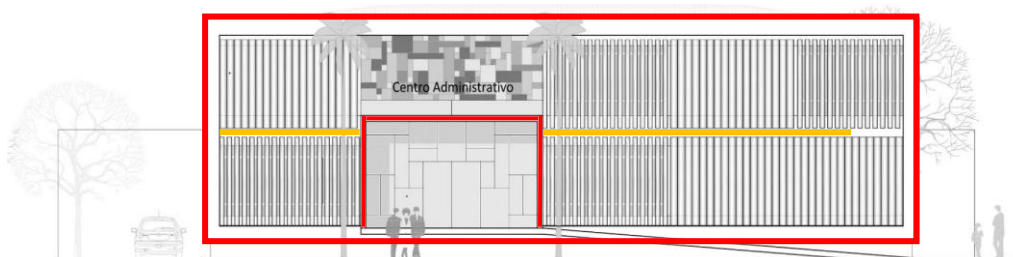
Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Legenda:

 Circulação vertical e horizontal	 Setor de apoio
 Acesso público 01	 Acesso público 02

Na Figura 78 pode-se observar que o formato da caixa que fica evidente no edifício, e a marcação do acesso e feito por uma moldura que também remete a uma caixa porém com um traço mais fino, onde desconstrói o alinhamento dos pavimentos para formar um pé direito mais alto, já as linhas que dividem os dois pavimentos fica oculta atrás dos brises, estes fazem com que não se perceba a divisão, formando um único e maciço bloco o que dá uma maior grandiosidade para a construção.

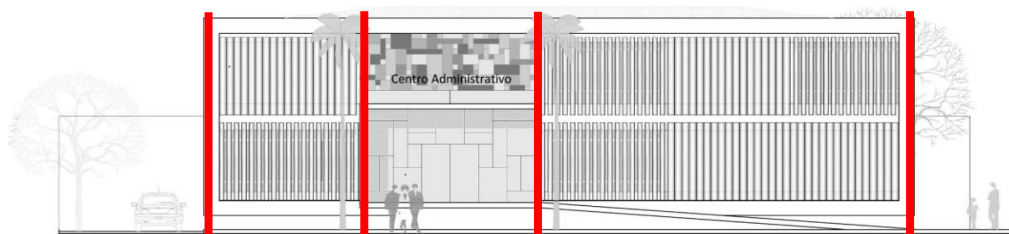
Figura 79: Fachada principal 01



Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão - RS

No sentido vertical destaca-se as divisões da fachada, que formam 03 (três) módulos, o do meio se sobressalta pois avança em relação aos demais e apresenta materialidade diferente com a denominação do Centro administrativo, escrito sobre ele, já no menor modulo fica a parte especial da prefeitura, onde se localizam os gabinetes e salas de reuniões. No maior dos módulos abrigam-se as áreas das secretarias o que demanda mais espaço do centro.

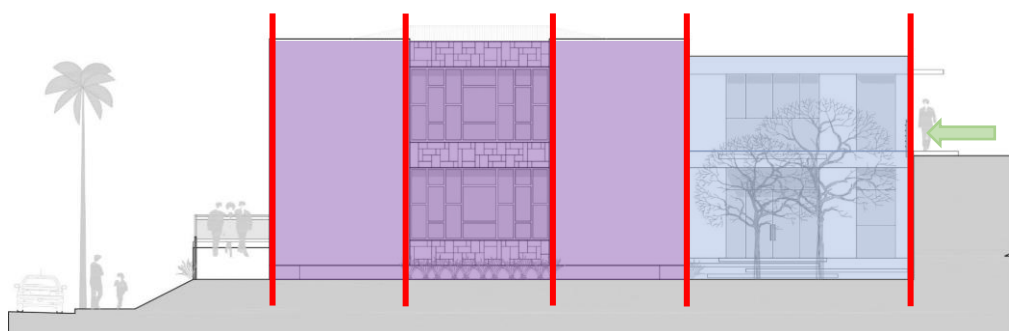
Figura 80: Fachada principal 02



Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão




O setor de serviços forma um anexo a barra principal do centro, este segue os alinhamentos de esquadria e forma um segundo acesso público direto ao 2º (segundo) pavimento, para dar essa continuidade do bloco principal, foi feita subdivisões e no centro da fachada usou-se uma esquadria.

Figura 81: Fachada lateral



Fonte: Prefeitura Municipal de Capitão - RS

Legenda:

-  Secretarias
-  Serviços
-  Acesso público 02

5.2 SAPUCAIA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL

Sapucaia do Sul é uma cidade do Estado do Rio Grande do Sul. Os habitantes se chamam sapucaieiros. O município se estende por 58,3 km² e conta com aproximadamente 130.988 habitantes. Fazendo divisa com os municípios de Esteio, São Leopoldo e Cachoeirinha, Sapucaia do Sul se situa a 9 km a Sul-Leste de São Leopoldo.

A análise deste referencial proporciona algumas características de edificações administrativas que já foram estudadas em outros capítulos desta monografia. Como é possível observar nas imagens a baixo, o edifício em forma de prisma está em um

terreno elevado fazendo assim que seja necessário o uso de escadas que levam diretamente para o acesso o que cria uma imponência pra a sede.

A edificação possui uma simetria na fachada, essa é feita com o auxílio de brises que formam uma marcação nas esquadrias criando um módulo, já no acesso esse modulo é ampliado e possui uma moldura avançada em seu entorno e sobre ele uma caixa com materialidade diferente ao restante da edificação desconstruindo a simetria e chamando a atenção do público o nome do Centro.

Figura 82: Acesso ao Centro Administrativo



Fonte: Google Street View (2017)

Figura 83: Vista da fachada frontal do Centro



Fonte: Google Street View (2017)

Figura 84: Vista da lateral do Centro



Fonte: Google Street View (2017)

Figura 85: Vista ampla da edificação



Fonte: Google Street View (2017)

5.3 PREFEITURA DO VALE DE EGÜÉS - ESPANHA

Ficha técnica:

Projeto: Prefeitura do Vale de Egüés - Espanha

Arquiteto: Otxotorena Arquitectos

Localização: Egüés, Navarra, Espanha

Área: 7.894 m²

Ano do projeto: 2011

A prefeitura do Vale de Egüés na Espanha, é definido como um volume em concreto aparente com revestimento de chapas perfuradas de alumínio. Possui um programa extenso, articulado e detalhado com aproximadamente 7.894 m², dividido em dois subsolos, térreo e dois pavimentos superiores.

O presente referencial pôde proporcionar um entendimento nas articulações de setores e circulações horizontais e verticais com pátio central.

Figura 86: Fachada principal da Prefeitura



Fonte: Otxotorena Arquitectos

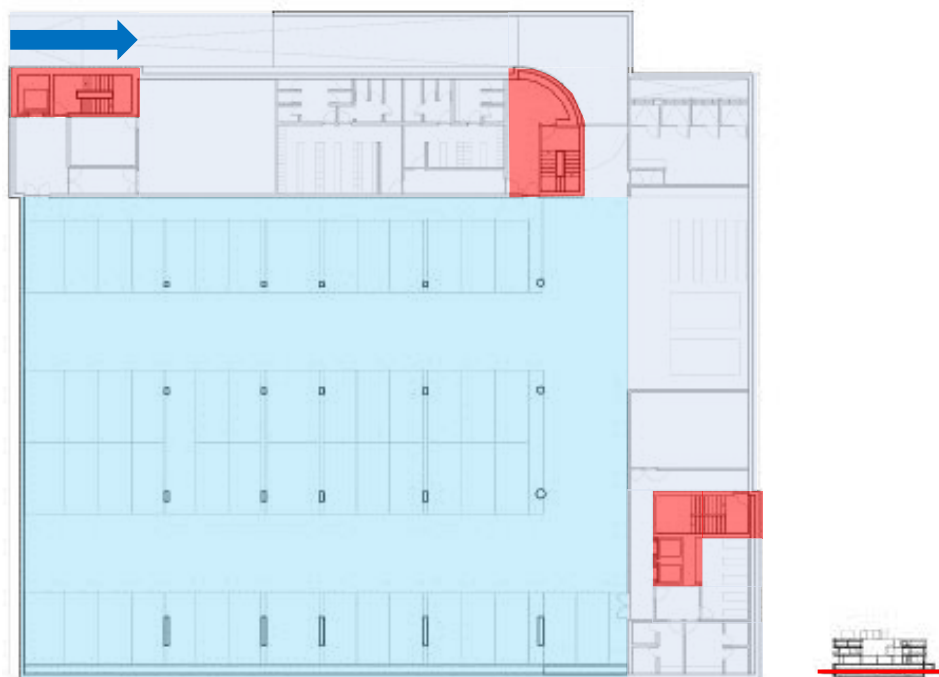
Figura 87: Vista ampla do local que está inserida a Prefeitura



Fonte: Otxotorena Arquitectos

Os dois pavimentos de subsolos possuem estacionamento para 30 veículos, uma sala de registros históricos e áreas técnicas de instalações, vestiários e depósitos.

Figura 88: Planta do subsolo



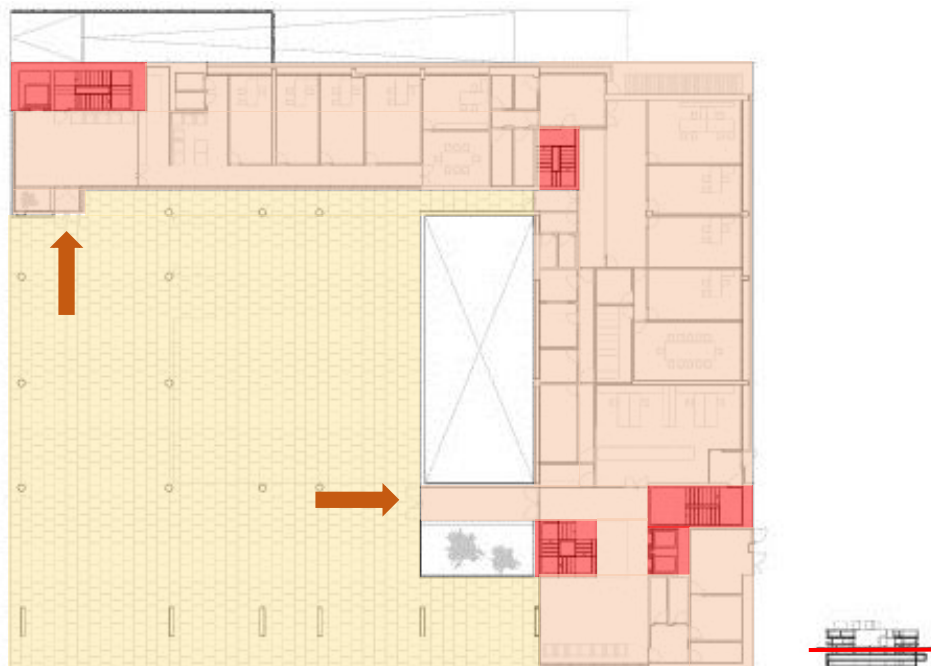
Fonte: Otxotorena Arquitectos

Legenda:

 Área técnica	 Circulação vertical
 Estacionamento	 Acesso de veículos

No pavimento térreo possui um grande hall que leva aos acessos e da permeabilidade a edificação. Este mesmo pavimento abriga a sala do Prefeito, a área política, o posto de conselho civil, os registros gerais, o quadro de avisos e uma área de serviços.

Figura 89: Planta pavimento térreo

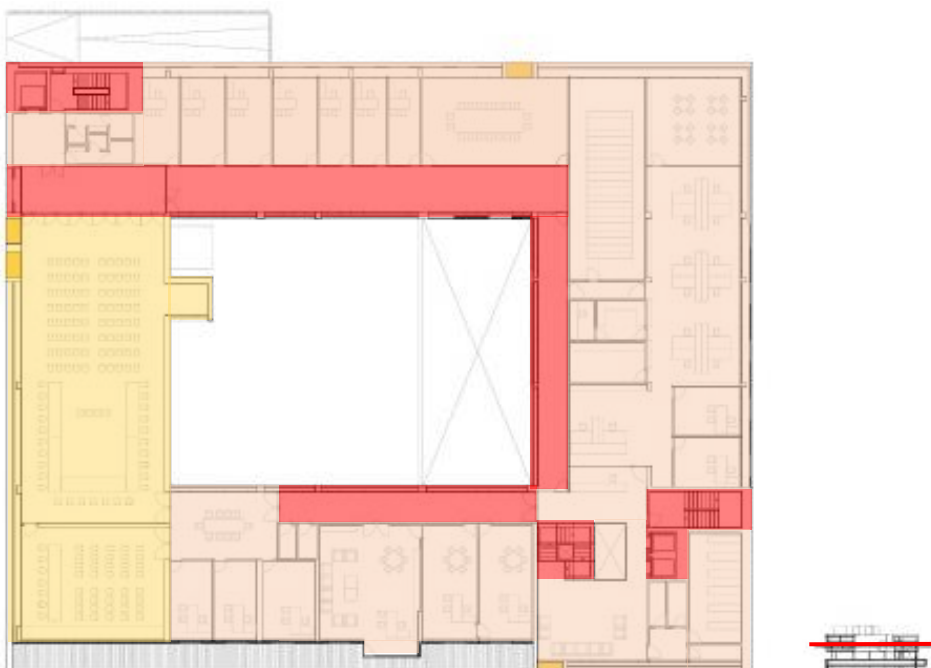


Fonte: Otxotorena Arquitectos

Legenda:

Circulação vertical Áreas de trabalho Área comum (hall)

Figura 90: Segundo pavimento



Fonte: Otxotorena Arquitectos

Legenda:

Circulação vertical e horizontal Área especial / Auditório
 Área de trabalho seriada Tribunal de Justiça de Paz

No segundo pavimento estão locados o auditório, o tribunal de justiça de paz, a receita municipal, o registro de intervenções e propriedade, o serviço de urbanismo e obras. E no terceiro encontra-se as salas de trabalho repetitivas, criando uma área mais interna de serviço.

Figura 91: Terceiro pavimento



Fonte: Otxotorena Arquitectos

Legenda:

Circulação vertical e horizontal Áreas de trabalho seriadas

O programa de necessidades do projeto leva a uma organização de plantas em torno de um pátio interno, cujas dimensões são dos alinhamentos do terreno.

A estrutura geométrica dos subsolos seguem uma lógica de área técnica nas extremidades formando um “L” com a área interna para estacionamento, com circulações verticais nas extremidades, levando essa mesma organização para o térreo, já no segundo pavimento organiza-se as áreas entorno de um pátio central formando setores, de um lado as áreas especiais e por isso mais públicas e do outro lado as áreas de trabalho que se repetem, configurando uma área mais privada, as escadas e os elevadores continuam nas extremidades, e a circulação horizontal abraça o pátio. E no terceiro pavimento possui dois núcleos de ambientes de trabalho,

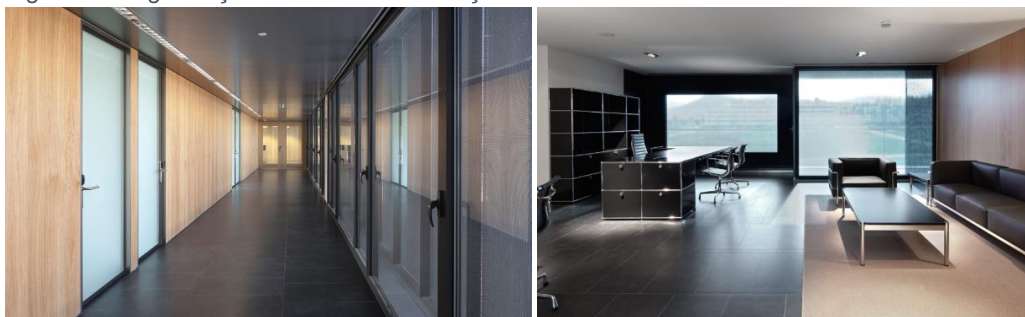
separados e sem acesso horizontal entre eles somente com as circulações verticais em cada núcleo.

Figura 92: Organização de salas especiais



Fonte: Otxotorena Arquitectos

Figura 93: Organização de salas em circulações e ambientes



Fonte: Otxotorena Arquitectos

5.4 Concurso Público da Sede do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Ficha técnica:

Projeto: Sede Diretório Estadual do PMDB - Rio Grande do Sul

Arquitetos: Mahfuz e Alcantara Gomes Arquitetos

Localização: Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Ano do projeto: 2003

O projeto a ser analisado na sequência, faz parte de um concurso para a nova Sede do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), onde alcançou a 2º (segunda) colocação.

O edifício tinha como objetivo do ponto de vista formal, criar uma edificação que poderá se impor em relação ao entorno e firmar o seu caráter institucional e

monumental, porém não seria fácil chegar a este propósito pelas dimensões do terreno, que possui 19,50 metros de frente e 155 metros de fundos o que não favorece a visibilidade do edifício por completo. Por possuir um terreno retangular que se aproxima ao proposto nesta monografia para a sede do Centro Administrativo de Ilópolis, será analisado a estrutura formal e as técnicas projetuais adotadas no edifício para a permeabilidade e visibilidade da edificação, assim como organização de ambientes de trabalho que se repetem e espaços especiais.

Criando uma estrutura formal de “pente” com um grande bloco em uma das divisas e outros transversais ao terreno, as edificações foram construídas alternando-as com pátios abertos e criando uma esplanada no recuo de 22,5 metros.

Figura 94: Fachada frontal



Fonte: Mahfuz + Alcantara Gomes Arquitetos (2003)

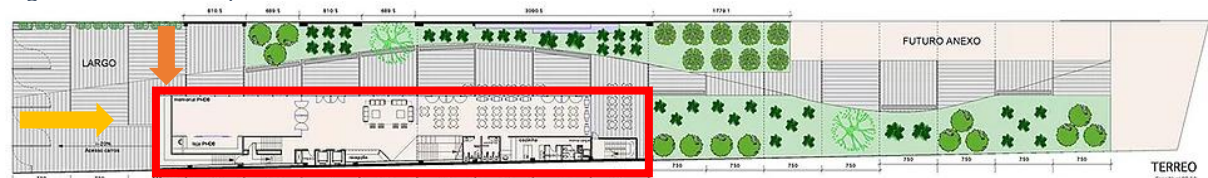
Figura 95: Fachada dos fundos



Fonte: Mahfuz + Alcantara Gomes Arquitetos (2003)

A planta do pavimento térreo forma um parque, com áreas de estar e lazer, sendo que futuramente será instalado um anexo na parte dos fundos. A construção inicia em uma das divisas do lote, com um café e as circulações verticais que levam para os demais pavimentos, sendo um acesso para as áreas de trabalho e outro direto para o restaurante e auditório.

Figura 96: Planta do pavimento térreo

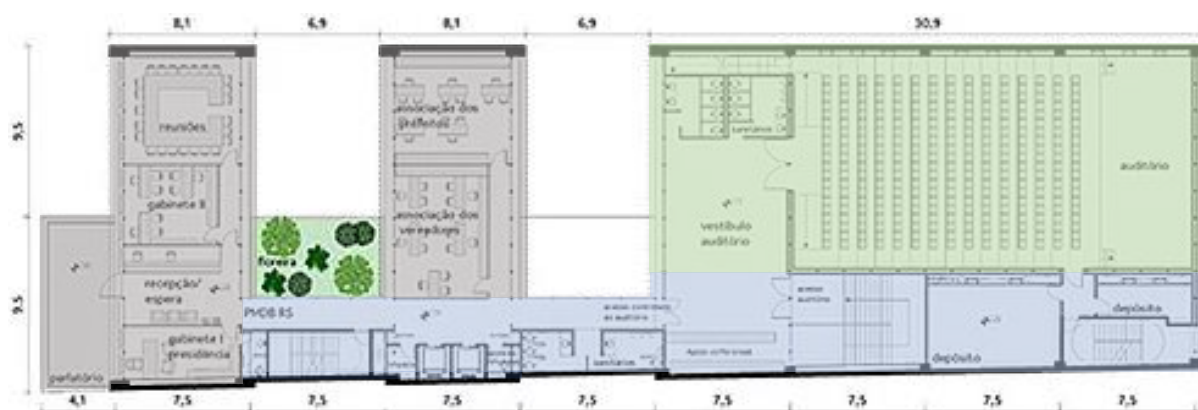


Fonte: Mahfuz + Alcantara Gomes Arquitetos (2003)

Legenda:

→ Principal acesso ao terreno → Acesso a edificação

Figura 99: Planta terceiro pavimento



Fonte: Mahfuz + Alcantara Gomes Arquitetos (2003)

Legenda:

Áreas técnicas Áreas de trabalho Áreas especiais

O quarto e quinto pavimento possuem uma planta tipo que abriga somente salas de trabalho.

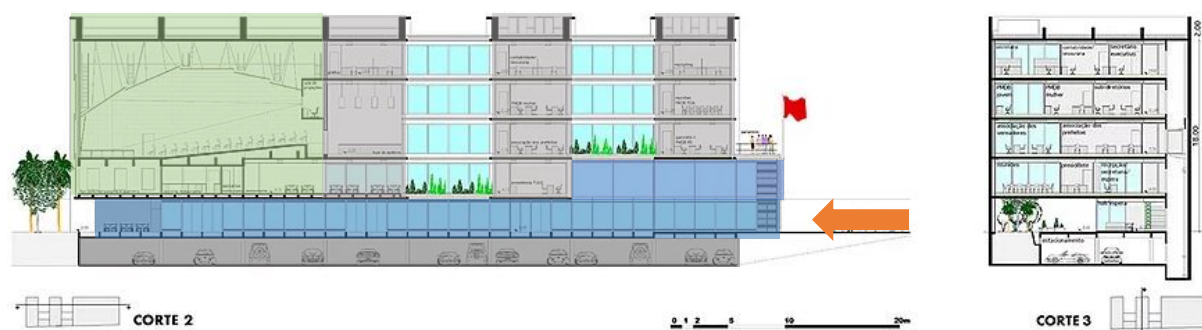
Figura 100: Planta tipo do quarto e quinto pavimento



Fonte: Mahfuz + Alcantara Gomes Arquitetos (2003)

Pensando que a construção dos blocos sobre o solo dificultaria a permeabilidade e acesso para o fundo do terreno, o arquiteto optou pela elevação de toda a construção, diminuindo o contato com o solo, criando um grande jardim controlado para uso público, sendo que no bloco da frente o de pé direito é duplo, sendo possível perceber as demais partes da edificação.

Figura 101: Cortes longitudinal e transversal da edificação



Fonte: Mahfuz + Alcantara Gomes Arquitetos (2003)

Legenda:

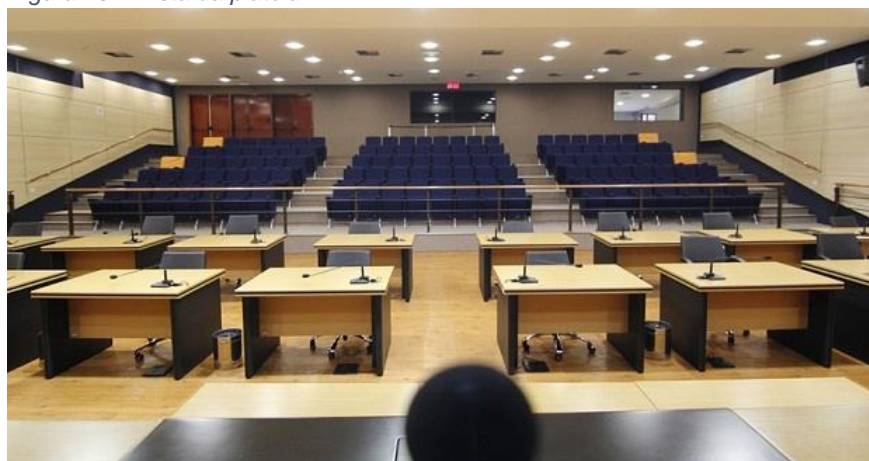
- | | |
|--|--|
|  Áreas de trabalho |  Áreas especiais |
|  Área de pilotis com café |  Subsolo com estacionamento |
|  Acesso | |

5.5 Câmara de Vereadores de São Caetano do Sul - Rio Grande do Sul

A Câmara Municipal de São Caetano do Sul - RS é composta por 19 vereadores. Eles representam a população e tem como objetivos como o de assegurar os direitos sociais e individuais, a liberdade, segurança, desenvolvimento, a igualdade dos munícipes. Os vereadores exercem fiscalização sobre o Poder Executivo e também controlam e assessoram o Poder Executivo, ondem avaliam a regularidade das contas dos administradores públicos.

O edifício é apresentado como um referencial de layout de mobiliário e organização de espaços, bem como a relação entre a plateia e os vereadores.

Figura 102: Vista da plateia



Fonte: Câmara municipal de São Caetano do Sul - RS

Figura 103: Plenário



Fonte: Câmara municipal de São Caetano do Sul - RS

Figura 104: Vista da relação entre plateia e dos vereadores



Fonte: Câmara municipal de São Caetano do Sul - RS

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TOMASINI, Ermes. Entrevista concedida a Talita Salva. Ilópolis, 06 abr. 2019.

DIDONÉ, Dorvalino. Entrevista concedida a Talita Salva. Ilópolis, 08 abr. 2019.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**; 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6656/5240>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **A gestão da cidade: O papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930)**. Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

SALGADO, Graça; DE AZEVEDO, Carmem L.; PÊCEGO, Edgar; VIANNA, Paulo F.; HIPOLITO, Regina; BARRETO, Zélia M. **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. E-Book. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/projetos?id=462:fiscais-e-meirinhos&catid=77>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

MENDES, Chico; VERISSIMO, Chico; BITTAR, William; **Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MELLO, Diogo Lordello; **O papel do vereador e a Câmara Municipal**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos Intendentes**. Porto Alegre, EDIPUC: 1986. Disponível em: < http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s_11a7.pdf >. Acesso em: 09 de abril de 2019.

ABNT. **NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kna6xdz>>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.

ABNT. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br/> >. Acesso em: 20 de maio de 2019.

LAUANDE, Francisco. **A Praça dos Três Poderes**. Arquitextos, São Paulo, ano 10, n. 120.01, Vitruvius, maio 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3424>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

Guia Básico para Gestão nos Municípios. Brasília: MP, 2008. Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

ILÓPOLIS. **Prefeitura municipal de Ilópolis**. Disponível em: <<http://www.ilopolis-rs.com.br/>>. Acesso em: 05 de março de 2019.

ILÓPOLIS. **Uso e Ocupação Urbana: Lei 283, 1986**.

ILÓPOLIS. **Código de Obras: Lei 115 A, 1975**.

ILÓPOLIS. **Parcelamento do Solo: Lei 284, 1986**

ILÓPOLIS. **Plano Diretor: Lei 1667, 2006**.

ILÓPOLIS. **Código de Posturas do Município: Lei 1417, 2003**.

CAPITÃO. **Centro Administrativo de Capitão**.

SAPUCAIA DO SUL. **Centro Administrativo de Sapucaia do Sul**. Disponível em: <<http://www.sapucaiaodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

Otxotorena Arquitectos. **Prefeitura do Vale de Egüés**, 2013. Espanha. Disponível em: <<https://otxotorenaarquitectos.com/ayuntamiento-del-valle-de-egues-2010/>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

MAHFUZ Edson. **Sede do Diretório Estadual do Partido do Movimento Brasileiro (PMDB)**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<https://www.mahfuz.arq.br/pmdb-rs>>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

PORTAL VITRUVIUS. **Concurso Público Nacional de Arquitetura Sede do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro–PMDB. Projetos**, São Paulo, ano 03, n. 031.01, Vitruvius, jul. 2003. Disponível em: <<http://mail.romanoguerra.com.br/revistas/read/projetos/03.031/2225>>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

Câmara de Vereadores de São Caetano do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.saocaetanodigital.com.br/sao-caetano-do-sul/camara-municipal/>>. Acesso em: 09 de junho de 2019.